



CEC 2021

Anais do VIII Congresso de Extensão e Cultura da UFPEL



PR
Pró-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura



7ª SIIPE
SEMANA INTEGRADA
UFPEL 2021

▶ INOVAÇÃO ▶ ENSINO ▶ PESQUISA ▶ EXTENSÃO



CEC 2021

VIII CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA - CEC

Comissão Organizadora

Ana Carolina Oliveira Nogueira
Betina Dummer Uczak
Eleonora Campos da Motta Santos
Eraldo dos Santos Pinheiro
Gustavo Dias Ferreira
Mateus Schmeckel Mota
Mirian Rosa Fava
Rafaela Mello Blödorn

Mediadores

Ana Carolina Oliveira Nogueira
Eleonora Campos da Motta Santos
Gustavo Dias Ferreira

Organizadores dos anais

Eraldo dos Santos Pinheiro
Mateus Schmeckel Mota
Paula Garcia Lima

Design Editorial

Júlia de Lima Valadão

Debatedores

Adriana Schuler Cavalli
Aline Joana R. W. Alves dos Santos
Ana Clara Correa Henning
Ana da Rosa Bandeira
Andréa Lacerda Bachettini
Antonia Espindola Longoni Klee
Aristeu Elisandro Machado Lopes
Chris de Azevedo Ramil
Cláudia Fernanda Lemons e Silva
Diego Eugênio Roquette Godoy
Almeida
Ezilmara Leonor Rolim de Sousa
Forlan La Rosa Almeida
Giana de Paula Cognato
Giovana Duzzo Gamaro
Giselda Maria Pereira
Giselle Molon Cecchini
Helenice Gonzalez de Lima
Josias Pereira
Leandro Ernesto Maia
Leonardo da Silva Oliveira
Lorena Almeida Gill
Lucia Rota Borges
Manoel Gildo Alves Neto
Márcia de Oliveira Nobre
Marina de Oliveira
Marislei da Silveira Ribeiro
Michele Negrini
Noris Mara Pacheco Martins Leal
Paula Garcia Lima
Renata Heidtmann Bemvenuti
Rodrigo Casquero Cunha
Stefanie Griebeler Oliveira



CEC 2021

Expediente Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel 2021-2024

Pró-Reitor

Eraldo dos Santos Pinheiro

Assessoria / Secretaria

Nádia Najara Kruger Alves - assessora

Coordenação de Arte, Cultura e Patrimônio

Eleonora Campos da Motta Santos - coordenadora

Coordenação de Extensão e Desenvolvimento Social

Ana Carolina Oliveira Nogueira - coordenadora

Silvia Carla Bauer Barcellos

Coordenação de Saúde e Educação

Gustavo Dias Ferreira - coordenador

Núcleo de Apoio a Projetos de Extensão

Mateus Schmeckel Mota - chefe

Seção de Divulgação da Extensão

Paula Garcia Lima - chefe

Seção de Mapeamento e Inventário

Andrea Lacerda Bachettini - chefe

Daniela da Silva Pieper

Seção de Registro e Acompanhamento

Cátia Aparecida Leite da Silva – chefe

Leticia Silva Dutra Zimmermann

Raquel Silveira Rita Dias

Terena Souza da Silva

Colaboradores

Cátia Fernandes de Carvalho

Jerri Teixeira Zanusso

VIII CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA - CEC

O papel político, social e científico da Universidade na sociedade atual

O tema da 7ª Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIEPE), no título deste ensaio, nos remete a refletir sobre o atual momento das Universidades públicas brasileiras e os reflexos na sociedade. O cenário desafiador que insurge com a pandemia COVID-19, somado aos pensamentos retrógrados das atuais lideranças formais do nosso país, expuseram as fragilidades e as fortalezas das nossas Universidades. Neste sentido, as buscas por novas respostas para reagir a este momento de crise na Universidade Federal de Pelotas, envolveram esforços de técnicos administrativos em educação dedicados, de professores abnegados e de estudantes auspiciosos.

De tal modo, realizar um evento que responda aos anseios da comunidade acadêmica, que está afastada de suas atividades “normais” há mais de um ano, não foi tarefa fácil.

A nossa SIIEPE é uma das fortalezas da nossa comunidade acadêmica. É um dos momentos em que nossos(as) estudantes são os(as) protagonistas em um evento que conseguimos apresentar para sociedade o que estamos produzindo e de que forma estamos impactando nas diferentes comunidades.

Além disso, a SIIEPE é o local em que se concretiza a lógica da diversidade acadêmica: mostramos como e onde estamos aplicando os conhecimentos difundidos e debatidos na universidade, como geramos novos conhecimentos, como aprendemos (ainda de forma incipiente) com os saberes populares tradicionais e como nos relacionamos com as comunidades. Ademais, preservamos a nossa pluralidade cultural através do estímulo às diversas áreas de conhecimento em um ambiente acadêmico profícuo.

O Congresso de Extensão e Cultura de 2021, assim como o de 2020, foi totalmente virtual e gratuito. Este formato possibilitou a participação de estudantes de todas as regiões do país. Este ano tivemos 470 trabalhos aprovados, sendo 94 externos. Ainda, tivemos 233 avaliadores, 100 trabalhos apresentados de forma oral (vídeo), em 20 salas com 32 debatedores. Além dos trabalhos orais apresentados tivemos 3 exposições da nossa Revista Cultura e 5 palestras com temas inerentes ao tema da SIIEPE.

VIII CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA - CEC

O papel político, social e científico da Universidade na sociedade atual

Esperamos que em 2022 o evento se torne ainda mais robusto, com a esperança de que esta crise sanitária, política e social seja estancada e possamos ter um recomeço em um país que pense em todas as pessoas.

Desfrutem dos registros dos anais do Congresso de Extensão e Cultura do SIIPE 2021!

Prof. Dr. Eraldo Pinheiro
Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Universidade Federal de Pelotas

Dados de catalogação na fonte:
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

C749a Congresso de Extensão e Cultura da UFPel (8. : 2020 : Pelotas)
Anais do... [recurso eletrônico] / 8. Congresso de Extensão e Cultura ; org. Eraldo dos Santos Pinheiro, Matheus Schmeckel Mota, Paula Garcia Lima. – Pelotas : Ed. da UFPel, 2021. – 1906 p. : il.

ISSN: 2359-6686

Modo de acesso: <http://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/anais/anais-2021>

1. Extensão. 2. Cultura. 3. Educação. I. Pinheiro, Eraldo dos Santos. II. Mota, Mateus Schmeckel. III. Lima, Paula Garcia. IV. Título.

CDD: 378.1554

SUMÁRIO

SAINDO DA INVISIBILIDADE: UMA HISTÓRIA DAS ALUNAS DO PROJETO PELEJA

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS; EDIENE CRISNEI DA SILVA RUIZ; JÚLIO CESAR MADEIRA; VAGNER NUBIAS DE MEDEIROS; VIRGINIA MELLO ALVES.

10

PROJETO DEFENSA: POTENCIALIDADES DO ACESSO À JUSTIÇA NO PROCESSO PENAL

ANDERSON ALEXANDRE DIAS SANTOS; BRUNA HOISLER SALLET; MARINÊS LOPES DE ROSA; RAFAELA PERES CASTANHO; RAFAELLA SOARES FRAGA; BRUNO ROTTA ALMEIDA.

14

O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO MECANISMO DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

CLARA LISOT YOKOHAMA; MARIA DAS GRAÇAS PINTO DE BRITTO.

18

BATE-PAPOS “PARA JURISTAS EM CONSTRUÇÃO”: ESTRATÉGIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DE SABERES JURÍDICOS

FELIPE MARQUES COUTO; RUI SÉRGIO SARAIVA DUARTE JUNIOR; ANA CLARA CORREA HENNING.

21

DESAFIOS DAS MULHERES NA CIÊNCIA: UMA REFLEXÃO DO IMPACTO DE UMA PREMIAÇÃO NA TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DE PESQUISADORAS BRASILEIRAS

GABRIELA DE OLIVEIRA; CATARINA FERREIRA SANTOS MORAES; FERNANDA PITT BALBINOT; ÁLISSON ALINE DA SILVA; THAUANA HEBERLE; MÁRCIA FOSTER MESKO.

24

OLHOS E VOZES DA CIDADE A PARTIR DO EVENTO “PRÉ-CIDADES EM TRANSE: ENTRE PLANEJAR E VIVER A CIDADE”

ISABELA FORTUNA DE LIMA; LOUISE PRADO ALFONSO.

28

SUMÁRIO

ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR EM INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA): PROJETO DE EXTENSÃO

JULIANA DE MIRANDA CARRER; JÚLIA RODRIGUES ANDRADE; FERNANDA VARGAS FERREIRA; ROSA NÚBIA VIEIRA DE MOURA; LIA SILVA DE CASTILHO; FABIANA VARGAS-FERREIRA.

32

ENCONTROS DE SABERES: A EXTENSÃO COMO UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

LUAN FILIPE ENCARNAÇÃO DA COSTA; ERLANE ALVES DO SANTOS; ANA CAROLINA OLIVEIRA NOGUEIRA; RAQUEL SIQUEIRA RITA DIAS.

35

SUPERENDIVIDAMENTO: ANÁLISE ACERCA DA HIPERVULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR IDOSO E A LEI 14.181, CDC.

LUCAS CASTRO DA SILVA; FERNANDO COSTA DE AZEVEDO; ANTONIA ESPINDOLA LONGONI KLEE; KARINNE EMANOELA GOETTEMES DOS SANTOS.

39

PELOTASMUN: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PROJETO DE SIMULAÇÕES DA ONU NO CONTEXTO PANDÊMICO

LUÍS GUSTAVO QUEIROGA DE ARAÚJO; WILLIAM DALDEGAN

43

COMUNIDADE DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS DO CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL: AÇÕES NA UBS E CRAS BASEADAS NO FEMINISMO LATINO-AMERICANO

MARIA KLARA CHAVES MOTTA DA COSTA; KATHARYNE FIGUEIREDO ELESBÃO; MIRNA DE MARTINO DAS CHAGAS; RENATA SILVA E SILVA; DIEGO EUGÊNIO ROQUETTE GODOY ALMEIDA.

47

SISTEMA PRISIONAL, FAMÍLIA E VÍNCULOS COMUNITÁRIOS – BUSCANDO CAMINHOS DE ACOLHIMENTO E RESPEITO

RAFAELA JORDÃO; ANA CAROLINA NICOLodi PAES BARRETO; FABIANA CRISTINA ZACARIAS GOMES LEOPOLDINO; GABRIELA BIANCHINI; JULIA RIBEIRO PASCHOAL; CAMILLA MARCONDES MASSARO.

51

SUMÁRIO

PACIFICAR: OS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS COMO INSTRUMENTOS DE ACESSO À JUSTIÇA E INCLUSÃO SOCIAL.

SARA SILVEIRA; DARCIÁLIA LOPES; CAMILA BERNARDINO, PAULA VIEIRA.

55

O PAPEL DO PROJETO DE EXTENSÃO “O DIREITO DE OLHO NO SOCIAL” DA UFPEL NO ÂMBITO DO DIREITO À MORADIA E A DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA CIDADE DE PELOTAS

SÍRIA FERREIRA DOS SANTOS; KARINNE EMANOELA GOETTEMES SANTOS.

59

DO ENSINO À PRÁTICA JURÍDICA DA EXECUÇÃO PENAL: UMA PROPOSTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS PRESAS

*VIVIAN DINIZ DE CARVALHO; RAFAELA BELTRAMI MOREIRA;
MARIANA DANTAS DE OLIVEIRA SILVA; BRUNO ROTTA ALMEIDA.*

62

SAINDO DA INVISIBILIDADE: UMA HISTÓRIA DAS ALUNAS DO PROJETO PELEJA

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS¹; EDIENE CRISNEI DA SILVA RUIZ²;
JÚLIO CESAR MADEIRA³; VAGNER NUBIAS DE MEDEIROS⁴;
VIRGINIA MELLO ALVES⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – alinencm@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – edieneruiz@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas- juliocesarmadeira@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas- vaguinhomedeiros@yahoo.com.br

⁵Universidade Federal de Pelotas – vmalves@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo faz uma reflexão sobre a experiência em tempos de pandemia de um projeto de extensão, com foco na educação popular, denominado Peleja e desenvolvido com um grupo de mulheres que realizam trabalhos considerados de menor status social dentro da Universidade Federal de Pelotas. O perfil do público alvo do projeto, na maioria, são mulheres chefes de família, de meia idade, que trabalham na limpeza das unidades acadêmicas, que não possuem o Ensino Médio completo e que detêm vínculos frágeis de trabalho. Destaca-se que as trabalhadoras passam por rotatividades nos locais de atuação (Anglo, Famed, ICH, Faculdade de Direito, Campus II, Ceng, Capão do Leão...) o que gera um problema do ponto de vista da constituição de vínculos mais profundos com os servidores efetivos da instituição.

O Projeto tem como objetivo preparar as alunas para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEEJA), reforçando conhecimentos de diversos campos da educação com a pretensão de transformar uma cultura histórica de exclusão e buscando garantir condições mais justas àquelas que também fazem parte da instituição: as mulheres terceirizadas. Cabe ressaltar que o planejamento das aulas buscar correlacionar as experiências do mundo do trabalho como princípio educativo.

Atualmente o projeto conta com mais de 40 colaboradores, incluindo servidores/as técnicos/as administrativos/as e docentes, além de alunos e alunas dos cursos de graduação de Letras, Matemática, Biologia, Física e História. Também qualificaram a equipe professores/as da rede estadual e municipal, por carregarem conhecimento tácito, enraizado na ação e experiência do indivíduo. Além de pós-graduandos/as (mestres/as e doutores/as). A dinâmica de trabalho incluiu o

planejamento dos materiais e das aulas, as reuniões periódicas e os encontros de formação.

2. METODOLOGIA

Durante o período de aulas foram aplicados dois formulários, um para a equipe pedagógica do projeto e outro para os sujeitos ao qual a proposta destinava-se. O material foi compartilhado em grupo específico “ENCEEJA” do Whatsapp e contamos com a devolução de 5 respostas. Essa ferramenta possibilitou conhecer um pouco das mulheres atendidas no projeto. Nesta pesquisa abordamos apenas um dos formulários. Apesar da divulgação, houve pouco interesse pelo feedback, apenas uma resposta foi apresentada de forma anônima.

De fevereiro até julho de 2021, o projeto ofertou aulas na modalidade síncrona aos sábados, na plataforma da WebConf, para que as alunas tivessem contato com os educadores e, assim, garantissem um espaço para tirar dúvidas sobre os conteúdos. Cada aula teve duração de 3 a 4 horas e, no total, foram realizados 23 encontros aos sábados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relato a seguir trata de um encontro do grupo da Sociologia ocorrido de forma síncrona sobre o tema: relação trabalho/desigualdade/alienação. Na ocasião as professoras levaram como recurso metodológico imagens do fotógrafo Sebastião Salgado que retratavam cenas sobre o trabalho extenuante nas minas de ouro; outro recurso adotado foi a apresentação do curta metragem pelotense, do ano de 2010, Marcovaldo, e, a letra da música “É”, de Gonzaguinha. Aqui daremos ênfase à experiência do documentário.

O curta metragem mostrava as 24 horas de um trabalhador que exercia a função de lixeiro na cidade de Pelotas. A história iniciava com um drama familiar no qual, por falta de condições econômicas, impediu Marcovaldo de adquirir uma chuteira para o filho poder participar de um campeonato. Embora esse aspecto não sendo o mais relevante, foi o mais mencionado pelas alunas que acompanharam o filme. Para as trabalhadoras, a descoberta do tênis nos entulhos recolhidos pelos lixeiros foi o principal destaque.

O foco do curta-metragem não era a falta do calçado, mas os temas que atravessavam a rotina desempenhada pelo lixeiro. Foram inúmeras as

problematizações elencadas no filme, tal como a substituição da mão de obra humana pela mecanização. Nessa passagem os operários observavam apreensivos os caminhões de lixo que se acoplavam às lixeiras, e refletiam sobre o fim de postos de trabalho. Outros assuntos também encamparam o documentário tais como: a alienação da classe média pelotense; o comportamento desajustado de jovens universitários que, na saída da universidade, consumiam bebidas e, alterados pelo alcoolismo, desrespeitavam os locais apropriados para depositar o lixo consumido; e, por fim, o desrespeito da sociedade com os profissionais da limpeza.

Tendo as trabalhadoras uma preocupação voltada para as necessidades urgentes do dia a dia, demonstraram um distanciamento da compreensão das outras mensagens para além do aparente e uma certa alienação quanto à categoria trabalho desvelada no curta metragem.

Chauí (2004), partindo do referencial marxista, define alienação como a incapacidade dos trabalhadores de se reconhecerem como autores ou produtores das mercadorias. Ainda mais grave é o fato de que os trabalhadores acreditam que as mercadorias valem o preço que custam e que não podem tê-las porque valem mais do que eles. Os operários não se reconhecem mais como produtores das riquezas e das coisas.

A partir desse episódio, a equipe da coordenação pedagógica buscou compreender quem eram essas mulheres que pertenciam ao projeto, o que as impediu de concluir o ensino “na época regular”, o que as motivou para o retorno ao estudo e que condições de acesso possuíam.

Comente o principal motivo que impediu a conclusão dos estudos no tempo "regular":
Difícil acesso
Rodei na quarta série e não quis mais estudar
A falta de oportunidades
Trabalho
Falta de organização
(Fonte da autora, 09/04/2021).

Comente uma razão da volta aos estudos:
Sempre tive vontade de terminar os estudos para poder ter uma profissão
Pra ter um trabalho melhor
Pensando num futuro melhor
Para ter mais oportunidade para trabalhar

Busco foco nos estudos

(Fonte da autora, 09/04/2021).

Existe algum problema que te impede de acompanhar o curso? Explique, por favor.

Sim, eu trabalho aos sábados

Não

A correria do dia a dia. E não poder assistir as aulas por causa do trabalho
--

Tem dias que estou trabalhando

Recurso

(Fonte da autora, 09/04/2021).

A avaliação que fazemos do relato das mulheres terceirizadas vem no sentido de que pessoas com marcas psicológicas (reprimidas), excluídas da educação formal e à margem do mercado e que, ao retornarem sua trajetória de estudo, através dos cursos ofertados pelos institutos federais e universidades, podem desenvolver uma perspectiva de mudança na perspectiva Gramsciana. O processo envolveu a compreensão do seu papel na sociedade e o potencial que carregam como sujeitos que aprendem e ensinam, redescobrimo-se como agente para a transformação social.

4. CONCLUSÕES

O formulário evidenciou que o trabalho é o principal entrave no acesso dessas mulheres à educação. Se outrora foi fator decisivo para a evasão, atualmente também representa o empecilho ao retorno. As condições materiais e econômicas da infraestrutura acabam determinando o acesso delas à ascensão para condições mais dignas. Romper o ciclo da exclusão, da desigualdade, da falta de oportunidades e da violência simbólica da educação é um desafio para as mulheres deste estudo. O passo inicial é reconhecer-se como elemento importante no ambiente e, paralelamente, devolver a essas trabalhadoras o direito à educação de qualidade e dos sonhos que ficaram no caminho.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUÍ, Marilena. Filosofia–Série Novo Ensino Médio. **Volume Único**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990.

PROJETO DEFENSA: POTENCIALIDADES DO ACESSO À JUSTIÇA NO PROCESSO PENAL

ANDERSON ALEXANDRE DIAS SANTOS¹; BRUNA HOISLER SALLET²; MARINÊS LOPES DE ROSA³; RAFAELA PERES CASTANHO⁴; RAFAELLA SOARES FRAGA⁵; BRUNO ROTTA ALMEIDA⁶

Universidade Federal de Pelotas¹ – aads.dias@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas² – bhsallet@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas³ – mlopesderosa@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas⁴ – rafapcastanho@hotmail.com

Universidade Federal de Pelotas⁵ – rafaellafraga@outlook.com.br

Universidade Federal de Pelotas⁶ – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O projeto constitui-se em uma assessoria jurídica, com destaque às ciências criminais e com o apoio de uma interdisciplinaridade desenvolvida entre a prática e o aprendizado teórico do estudante de Direito, objetivando a preparação de profissionais tanto com capacitação crítica e reflexiva, quanto aptos e preocupados com o compromisso social, acesso à justiça e direitos humanos. Juntamente aos debates, grupos de estudos e seminários, o projeto, além de promover o acesso à justiça para população em situação de vulnerabilidade, humaniza e conscientiza o estudante sobre o contexto em que está inserido e, assim, faz entender o seu papel transformador e emancipatório social.

Além disso, o DEFENSA relaciona o ensino, pesquisa e extensão à formação acadêmica do aluno, que adquire o conhecimento sistematizado com intuito de criar saberes e aplicá-los por meio da extensão, sendo as bases da universidade pública, gratuita e de qualidade. Isso é importante visto que o público-alvo é a comunidade de baixa renda da cidade de Pelotas, que não possui condições de constituir advogado particular, carecendo de representação judicial e, como resultado, não exercita ou desconhece seus direitos e deveres de forma plena no exercício de sua cidadania.

Portanto, o projeto não cumpre a ideia de assistencialismo ou toma para si o lugar resguardado à Defensoria Pública, mas enseja a assessoria como mecanismo mais irrestrito de resposta às demandas coletivas dos assistidos. Pauta-se no maior contato com a comunidade ao ultrapassar os muros da Universidade e introduzir-se em sua esfera. Ademais, não só fortalece a formação do aluno com o diálogo entre teoria e a prática penal, mas também gera maior autonomia sobre suas ações direcionadas para execução de uma assessoria potencialmente crítica ao direito tradicional, comprometida com as causas sociais e promotora de transformações significativas de realidade.

2. METODOLOGIA

A dinâmica do DEFENSA - Assessoria Criminal Popular ocorre por meio do atendimento e do acompanhamento de processos na área criminal da comunidade pelotense, normalmente no prédio do Serviço de Assistência Judiciária da UFPEL. Porém, sob os efeitos da pandemia da covid-19, os trabalhos estão sendo realizados na modalidade virtual. Bem como, o projeto se destina ao ajuizamento de ações, enfoque em debates de diferentes segmentos, por exemplo, a criminologia, política

criminal, direito penal e processo penal. Ainda, pesquisa conteúdos de cunho social, a saber a Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Juizado Especial Criminal, Estatuto do Idoso, entre outros assuntos.

Também são formados grupos de discussão de casos práticos, exame de artigos, jurisprudência e revisões bibliográficas que formulam pesquisa, seleção, leitura, análise e fichamento de referências delineadas. Sobretudo, a supervisão das atividades é exercida pelos professores de Direito Penal e Direito Processual Penal, acrescido a seleção de advogados voluntários para atuarem diretamente com os estudantes. Desse modo, o estudante desenvolve um liame entre prática e a teoria criminal sendo peça chave da autorreflexão sobre suas atividades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As assistências jurídicas desempenham um papel importante na garantia do acesso à justiça, sendo ferramenta para solidificação da cidadania e garantias processuais vinculadas diretamente ao devido processo legal. Ao passo que, o Estado vem criando mecanismos específicos para efetivação dos direitos fundamentais a possibilitar ao cidadão a sua reivindicação (SILVA, 2001, p 76).

No âmbito internacional, a assistência jurídica possui visibilidade, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, na Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, entre outros. Dentre os direitos assegurados, pontua-se: direito à audiência justa e pública; direito a ser ouvido; figura do juiz ou tribunal independente e imparcial; direito se defender diretamente ou constituir procurador de sua escolha.

No contexto brasileiro, com advento do novo paradigma do Estado Democrático Social, preconizado pela Constituição Federal de 1988, tem-se a proteção dos direitos difusos e coletivos baseados na solidariedade e heterogeneidade da sociedade. Logo, podemos verificar a incidência constitucional frente à Assistência Jurídica Gratuita no seu art. 3º, inciso III que dispõe “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Também, está previsto de forma mais concreta no art. 5º, LXXIV da mesma Carta que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (BRASIL, 1988). No âmbito legislativo, com advento da Lei n. 1.060/50 que estabelece diretrizes para concessão de assistência judiciária aos necessitados, juntamente, com institucionalização da Defensoria Pública contido no artigo 134, da CF, sendo espelho a ser seguido ao fazer-se instrumento concreto a consecução e efetivação das garantias processuais e acesso à justiça em amparo às pessoas carentes.

Nota-se que a assistência jurídica exprime mais amplitude se comparada a assistência judiciária, pois integra serviços externos ao processo concernente a um aconselhamento individual ou coletivo, seja para tirar dúvidas ou disponibilização de informações para sociedade. Logo, a assessoria jurídica universitária popular alcança uma dimensão ainda maior que a assistência jurídica ao criar uma cultura jurídica e judiciária que contenha artifícios diversificados promotores de um acesso à justiça efetivo. Por sua vez, objetiva alcançar um diálogo a viabilizar e compreender os conflitos apresentados pela população quanto a efetivação dos direitos fundamentais, tanto por meio oficiais e extra oficiais, quanto políticos e reflexivos. Boaventura de Souza Santos (2011, pp. 60-61) dispõe que “em sentido oposto, as

assessorias jurídicas populares dão importância à ação de defesa de direitos coletivos em articulação com movimentos sociais e organizações populares”.

Ainda, segundo o autor, ao passo que é prestado esse tipo de assessoria extrai-se sua essência no encontro entre ensino, pesquisa e extensão ao constituírem uma praxe diversa e multidisciplinar. Desse modo, não só as assessorias jurídicas populares entrelaçam uma nova reflexão crítica ao direito, à justiça e ao ensino jurídico enraizados, quanto questionam o sentido social a ser exercido pela Universidade. Por meio dos “gatilhos pedagógicos” encontrados pelos estudantes de direito ao emergirem nesses espaços por vezes apagados, mas que criam um ambiente favorável ao contato com questões socialmente mais sensíveis. Logo, o estudante torna-se protagonista do processo de ensino e aprendizagem pautados nesse diálogo com a sociedade (SANTOS, 2011, p. 61).

Em um Estado Democrático de Direito, com a previsão constitucional e demais cartas de direitos humanos, introduz a assistência e assessorias jurídicas um caráter de direito fundamental. Visto que são peças-chaves a salvaguarda da liberdade e justiça, dentro de um sistema unitário e coeso pautados no Estado Constitucional de Direitos em que seu valor supremo fundamenta-se na dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, Ingo Wolfgang Sarlet (2009, p. 58) afirma que “importa reconhecer que a dimensão valorativa dos direitos fundamentais constitui, portanto, noção intimamente agregada à compreensão de suas funções e importância num Estado de Direito que efetivamente mereça ostentar este título”.

Além disso, a assistência e assessoria jurídica relacionam-se com o princípio da dignidade da pessoa humana, contido no artigo 1º, III, da Constituição Federal, em respeito aos direitos humanos como precursor do acesso à justiça à população em vulnerabilidade, sendo valor unitário dos direitos fundamentais. Com efeito, constitui a defesa dos direitos e garantias processuais penetradas pelo devido processo legal. Assim, sendo preceito constitucional repercute nas esferas a saber: contraditório, ampla defesa, juiz ou tribunal independente e imparcial, publicidade dos atos processuais, duração razoável do processo, motivação das decisões, tratamento igualitário às partes envolvidas no processo, dentre outros.

Evidentemente, o devido processo penal assegura o harmonioso respeito aos direitos e garantias penais e processuais penais, assim, dão à pessoa acusada de uma prática infracional o direito à liberdade, à defesa e o devido processo compreendido pela assistência e assessorias jurídicas. Dessa forma, desdobra-se nos institutos como, por exemplo, o princípio da jurisdicionalidade que requer-se um juiz imparcial, escolhido anteriormente ao julgamento (juiz natural) e o direito de ser julgado em um prazo razoável (princípio da celeridade), como tentativa de igualar as forças entre acusação e defesa (ALMEIDA, 2014, pp. 93-95). Ainda, como garantia acusatória no qual proíbe o juiz de arrolar qualquer tipo de ação probatória, vinculadas a diversas nuances ao molde acusatória, a saber a exclusiva titularidade da ação penal pública do Ministério Público; a ampla defesa e o contraditório; a presunção de inocência, entre outros. Haja vista, a assistência e assessoria jurídica em seu aspecto garantidor da defesa e gratuidade por meio defensor pressupõe uma ordem justa, tangendo o acesso à justiça e o devido processo penal (ALMEIDA, 2014, p. 95). Tanto o princípio da presunção de inocência que exige tratar o acusado como inocente, quanto o princípio da ampla defesa concernente ao direito natural de defesa que pode ser técnica ou pública (figura advogado) e pessoal e privada (próprio acusado) tido como autodefesa (ALMEIDA, 2014, p. 96).

Por último, o princípio do contraditório refere-se ao direito de contestação, busca pela verdade por meios probatórios. Uma vez que, são direitos e garantias de

defesa do cidadão alcançado um patamar de preceito constitucional, sendo as assessorias jurídicas populares uma espécie de serviço jurídico público que visa a proteção dos direitos e garantias fundamentais das populações sócio-política-economicamente vulneráveis (ALMEIDA, 2014, p. 96 e 97).

4. CONCLUSÕES

Em suma, o DEFENSA, ao prestar assistência e assessoria jurídica, promove o acesso à justiça, buscando efetivação e proteção dos direitos fundamentais e garantias processuais. Não se limita ao estágio obrigatório ensejado pelos discentes do curso de Direito, muito menos ocupa o lugar da Defensoria Pública, mas possui atuação mais abrangente, não se limitando ao espaço físico da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, exprimindo uma preocupação com as demandas individuais e coletivas, o que decorre de um maior contato com a comunidade, principalmente, aquela em situação de vulnerabilidade.

Assim, a assessoria jurídica universitária popular deve ser observada como mecanismo de crítica ao direito tradicional, da justiça e aprendizagem jurídica, frutos da criação de uma cultura jurídica e judiciária de acesso ao direito e à justiça, priorizado pelas nuances da população carente. Desse modo, serve como instrumento de acesso ao devido processo legal, como também, promove ao aluno uma autorreflexão das atividades, pautadas no compromisso social na tentativa de ações verdadeiramente transformadoras de realidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Bruno Rotta. **Assessoria Universitária Popular como Instrumento Protetor do Devido Processo Penal**. Jacarezinho: Argumenta-UENP. Nº 21, pp. 83-100, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SILVA, Marco Antônio Marques. **Acesso à justiça penal e estado democrático de direito**. Imprensa: São Paulo, J. de Oliveira, 2001.

O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO MECANISMO DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

CLARA LISOT YOKOHAMA¹; MARIA DAS GRAÇAS PINTO DE BRITTO²

¹Universidade Federal de Pelotas – claralisotyokohama@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – graziapb@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A promulgação da Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948, as convenções e tratados sobre direitos humanos e a inserção desses direitos nas Constituições dos diversos países contribuíram para a proteção e a promoção e garantia dos direitos humanos fundamentais.

No segundo pós-guerra a ideia e os valores éticos contidos na DUDH se disseminaram e consolidaram o modelo democrático ocidental como forma de assegurar direitos básicos que foram ignorados por completo pelos Estados totalitários da primeira metade do século passado.

A promoção e exigibilidade dos direitos fundamentais são condições *sine qua* para a efetiva tutela dos mesmos, não podendo esses servir de bandeira decorativa para adornar discursos e práticas vazias. Os Direitos humanos não são caridade ou benesses concedidas pelo Estado, mas conquistas históricas da humanidade, direitos inatos ao homem, cuja dignidade é inerente.

A Constituição brasileira de 1988, nominada Constituição Cidadã, consagra os direitos humanos fundamentais já no preâmbulo, no qual institui o Estado democrático “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL, 1988). No art. 1º, III, a Carta estabelece como fundamento da República a dignidade da pessoa humana. O artigo 4º estabelece os Direitos Humanos como pauta central das relações internacionais do Estado brasileiro. Na sequência, o artigo 5º, consagra os direitos humanos de primeira geração: direitos à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade. No artigo 6º a Carta Magna atribui aos cidadãos os direitos fundamentais sociais (de segunda geração) a educação, a saúde, a alimentação, ao trabalho, a moradia, ao transporte, ao lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade a infância e a assistência aos desamparados.

Não obstante, na prática os direitos humanos fundamentais declarados e insculpidos nos textos constitucionais, são sistematicamente violados, na maioria das vezes pelo próprio Estado. Nesta perspectiva, Norberto Bobbio afirma que o problema fundamental dos direitos humanos hoje é mais protegê-los e garanti-los do que justificá-los (BOBBIO, 1992, p. 24).

Neste contexto, entende-se que o modo mais eficaz de garantir os direitos e a dignidade do homem é através da educação em direitos humanos a fim de todos conheçam os seus direitos e os meios adequados para a efetivação desses.

Neste sentido, insere-se o Projeto de Extensão Educação em Direitos Humanos: igualdade e (não) discriminação da Faculdade de Direito da UFPEL, sob coordenação da Profa. Dra. Maria das Graças Pinto de Britto. Trata-se de projeto, de caráter transdisciplinar, que intenta a difusão, promoção, defesa e garantia dos Direitos Humanos Fundamentais e, precipuamente, o combate a todas as formas

de discriminação, preconceito e violência presentes na sociedade brasileira (PINTO DE BRITTO, 2019).

2. METODOLOGIA

O projeto foi iniciado através de pesquisa bibliográfica, com o levantamento de informações e dados relevantes para o presente tema. Os participantes recebem orientação pedagógica qualificada para que consigam, quando as restrições acabarem, promoverem oficinas, cursos, seminários e palestras para a comunidade externa, com ênfase nas comunidades que não possuem conhecimento acerca dos seus direitos. Ressalta-se que o projeto possui ênfase na extensão, mas enfatiza a indissociabilidade desta com a pesquisa e o ensino, nos termos do Artigo 207 da Carta Constitucional (BRASIL, 1988).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Direitos Humanos têm amplo interesse para os juristas, mesmo para aqueles dedicados a um estudo dogmático interno. Nessa linha de raciocínio, cumpre lembrar que os direitos humanos possuem, pelo menos, as seguintes características, todas elas transmitidas para sua versão positivada, os direitos fundamentais: historicidade, universalidade, relatividade, irrenunciabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade (MORAES, 2002).

A discussão acerca da EDH no Brasil é relativamente recente, corresponde aproximadamente com a o período de redemocratização em meados da década de 1980, após o término do regime ditatorial inaugurado em 1964, quando docentes das universidades públicas sofreram perseguições, cassações e aposentadoria compulsória. Exemplifica-se com professores da nossa Faculdade de Direito: Ápio Cláudio de Lima Antunes, Hugolino de Andrade Uflacker (também foi o único juiz gaúcho aposentado compulsoriamente) e José Pio de Lima Antunes.

Dessa forma, é indiscutível a necessidade desse tema ser discutido em todos os ambientes possíveis, como prevê o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2003, para apoiar o fortalecimento do respeito aos direitos humanos, estimular a participação efetiva da comunidade e construir, promover e manter a paz. No nosso projeto focamos nas ações extensionistas da universidade pública para sua divulgação e tutela.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, quando trata da educação em ensino superior, é claro sobre a autonomia universitária, colocando como finalidade de criar um pensamento autônomo, o compromisso com a formação crítica, a descoberta do novo e a mudança histórica.

No artigo 207 da Constituição Federal consta a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial no que tange, indissociavelmente, o ensino, a pesquisa e a extensão. Ou seja, a universidade pode promover o estudo e a discussão sobre os Direitos Humanos como compreender ser a melhor forma para sua realidade, usar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos deve ser um norte para que todas as universidades tenham o mesmo ponto de partida, seja ele a luta social pela democratização.

As Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (DNEDH), introduzida pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, abrange o ensino, a

pesquisa, a extensão e a gestão também. Os direitos humanos devem ser o eixo norteador das ações.

No projeto em tela, opta-se por levar o conhecimento produzido a partir da pesquisa e do ensino para a comunidade externa e, em especial, às populações carentes e em situação de vulnerabilidade social.

4. CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, é possível afirmar que o projeto de extensão é importante para cumprir o que está disposto no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) conforme a necessidade da região de Pelotas/RS, por ser preciso adaptar o ensino para cada realidade. Nossa pretensão é construir uma sociedade mais igualitária e sem discriminação através da ferramenta mais poderosa, a educação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2018. 3ª reimpressão, simplificada. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>>. Acesso em 08 jul. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 30 de maio de 2012.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

MORAES, Alexandre. **Direitos humanos fundamentais**. 4 ed., São Paulo: Atlas, 2002, p. 41.

PINTO DE BRITTO, M. G. **Projeto de Extensão Educação em Direitos Humanos: igualdade e discriminação**. Pelotas: Portal Institucional da UFPel, 2020. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u2238>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Direitos Humanos e Extensão Universitária: A Atuação do Fórum Nacional de Pró- Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. João Pessoa, Paraíba, 2002. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/direitoshumanos/humanos.pdf. Acesso em 08 jul. 2021.

BATE-PAPOS “PARA JURISTAS EM CONSTRUÇÃO”: ESTRATÉGIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DE SABERES JURÍDICOS

FELIPE MARQUES COUTO¹; RUI SÉRGIO SARAIVA DUARTE JUNIOR²;
ANA CLARA CORREA HENNING ³

¹*Universidade Federal de Pelotas – monitor.felipe@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – ruiduarte.efg@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – anaclaracorreaHenning@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O campo do direito não se limita ao estudo da literatura especializada e legislação, abrangendo também seu impacto na realidade que os sistemas normativos buscam regular. Com isso em mente, realizamos, durante o ano letivo de 2020, nosso trabalho de “iniciar os alunos no estudo do direito”, tecendo relações entre o programa da disciplina, a arte e a prática jurídica.

Especificamente na ação “Bate-papos para juristas em construção”, trouxemos convidados para aulas-conversas abertas à comunidade externa, sempre provocados por alguma produção artística. Isso porque entendemos que a valorização de saberes não acadêmicos e a humanização proporcionada pela arte subvertem a imagem enclausurada comumente associada ao direito (LEITE, 2014).

Dessa forma, tendo por fundamentação teórica o conceito de relações de poder-saber e de resistência (FOUCAULT, 2001), das proposições de Tomaz Tadeu da Silva (2005) no que diz respeito com estudos curriculares e de Maria Cecília Lorea Leite (2014), em seus escritos sobre pedagogia jurídica, pretende-se trazer o relato dessa experiência extensionista desenvolvida de maneira virtual, tendo em vista as decorrências da pandemia do COVID-19

2. METODOLOGIA

O projeto, ainda em execução, se dá sob a coordenação da professora titular da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito (período noturno) e um dos monitores da mesma. Nesta atividade, cartazes foram publicados em mídias sociais contendo tema, nome do palestrante convidado, data, horário, indicação de um artefato artístico a ser conferido pelo público e link de acesso. Assim, a comunidade externa é convidada a se juntar à turma para um bate-papo com profissionais ligados a temáticas conectadas ao direito.

Tendo aproximadamente 1h e 30 min de duração, os bate-papos desenvolvem-se de maneira informal, mediados pelo monitor da disciplina, que propõe questionamentos para a professora e a pessoa convidada. Neste contexto, a prática foi proposta de maneira a valorizar a troca de saberes institucionais e não institucionais, possibilitando que monitores e monitoras se envolvessem diretamente na organização e/ou debates, e, o mais importante, fomentando a participação de estudantes e da comunidade em geral em temas socialmente relevantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizados 11 bate-papos semanais no decorrer do ano letivo de 2020, alcançando, em média, 50 espectadores. As pessoas convidadas foram profissionais de diferentes áreas: direito, história, dança, filosofia, psicologia, pedagogia, dentre outras. A essa variedade de saberes somaram-se a necessidade da análise prévia, pelos participantes, das manifestações artísticas indicadas previamente e que se distribuíram entre músicas, espetáculos de dança, filmes, documentários, poesias e peças teatrais. Os debates, assim, inseriram-se no campo do Direito & Arte, evidenciando-se por meio de linguagem informal e cotidiana, e conectando questões sociais contemporâneas, muitas vezes polêmicas. As temáticas e suas respectivas indicações artísticas são as que seguem abaixo:

Tabela 1 - Temáticas e suas respectivas indicações artísticas.

ARTE	TEMA
Peça teatral: Antígona, Sófocles.	Direito & Literatura
Poesia: Bandeira da Inconfidência, Cecília Meireles.	Criminologia feminista
Música: Calle 13.	Decolonialidade no direito e pluralismo jurídico
Produção coreográfica: Poesia em Movimento, Paulo Evandro Pereira da Costa.	Processo inclusivo e direito à educação
Filme: Eu, Daniel Blake, Ken Loach.	Entraves da Burocracia
Poesia: Grada Kilomba.	Racismo no Brasil
Imagens providenciadas pelo palestrante.	Imagens e meios de prova
Documentário: <i>The Hunting Ground</i> , Kirby Dick.	Violência sexual e relações de gênero
Filme: O Som ao Redor, Kleber Mendonça Filho.	Violência urbana e manutenção do poder
Músicas: Como nossos pais (Elis Regina); <i>Hermana Duda</i> (Jorge Drexler); <i>Blowin' in the Wind</i> (Bob Dylan); Quem me leva meus fantasmas (Maria Bethânia).	Psicologia e Direito
Pintura: Segunda Classe, Tarsila Amaral. Poesia: Manifesto Antropofágico, Oswald de Andrade.	Relações trabalhistas no Brasil

A variedade temática pode ser observada na segunda coluna da tabela. Mostra-se interessante, também, verificar o quanto a arte, indicada na primeira coluna, pode estar imbricada nas questões sociais debatidas, assim como seus reflexos jurídicos históricos e contemporâneos. Ambas, arte e questões sociais, foram livremente debatidas por todas as pessoas participantes dos bate-papos, permanecendo o microfone aberto para suas contribuições.

Entende-se, por tudo isso, que as relações de poder e de saber (FOUCAULT, 2001) que vêm sendo construídas por meio da prática ora relatada possibilitam horizontalizar as teias de saberes ali produzidos, em uma proposta de co-participação entre academia e comunidade em geral. Igualmente, a imbricação entre arte e direito é uma estratégia de resistência (FOUCAULT, 2001) à extremada categorização disciplinar na qual o ensino do direito tradicional se constituiu (LEITE; 2014). É de se observar que as organizações curriculares pós-estruturalistas (SILVA, 2005) propõem alguns questionamentos que dialogam com o que estamos aqui apresentando, especialmente no que diz com a flexibilização do poder nas relações pedagógicas, com o aprofundamento de representatividade social e com metodologias que fomentem a comunicação entre diversas áreas do conhecimento.

4. CONCLUSÕES

A união entre arte e direito é uma estratégia que, como se viu, pode suscitar novas maneiras de compreender o sistema jurídico. Da mesma forma, quando compreendida sob a perspectiva dos estudos em âmbito da pedagogia jurídica, ela traduz práticas diversas das tradicionais, descentralizando o poder e, talvez por isso, mais eficazes por tornar coprodutores seus participantes.

O conhecimento do direito torna-se, ao mesmo tempo, mais próximo à comunidade em geral, possibilitando que ela conecte as temáticas e materiais artísticos desenvolvidos nos bate-papos com sua realidade cotidiana. Por sua vez, a participação dos monitores e monitoras é fundamental para a realização de atividades inovadoras, especialmente durante o semestre remoto.

Desafios ainda devem ser enfrentados: ampliar o alcance da prática por meio do aprimoramento de sua divulgação, promover maior participação direta da comunidade, eleger novos temas e materiais artísticos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Tradução de Raquel Ramallete. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITE, Maria Cecília Lorea org.). Imagens da Justiça, Currículo e Educação Jurídica. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Tomaz T. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

DESAFIOS DAS MULHERES NA CIÊNCIA: UMA REFLEXÃO DO IMPACTO DE UMA PREMIAÇÃO NA TRAJETÓRIA CIENTÍFICA DE PESQUISADORAS BRASILEIRAS

GABRIELA DE OLIVEIRA¹; CATARINA FERREIRA SANTOS MORAES²;
FERNANDA PITT BALBINOT³; ÁLISSON ALINE DA SILVA⁴; THAUANA HEBERLE⁵;
MÁRCIA FOSTER MESKO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas -gaby.ooi565@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas-cj.ta@hotmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas-fer.p.balbinot@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas-alisson.aline97@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas- thauana.heberle@hotmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas- marciamesko@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

O ambiente acadêmico ainda é extremamente desigual quanto às relações de gênero. Se este ambiente for observado pela ótica da área das ciências exatas, esta desigualdade é ainda mais acentuada (LETA, 2003). A ciência, é um produto do meio, na qual a sociedade molda, dentro de seus padrões, durante a maior parte da sua história, foi empreendida pelo representante masculino – o homem, branco, ocidental, elitista e colonial (LOWY, 2009).

Apenas na metade do século XX as mulheres começaram a frequentar universidades. Apesar da mudança positiva no número de mulheres inseridas no meio acadêmico, percebe-se que ainda atualmente muitas pesquisadoras não ascendem em suas carreiras da mesma forma que os homens, principalmente em cargos de maior relevância ou de liderança (PEREIRA, 2017). Isto pode ser decorrência de diversos fatores relacionados à desigualdade de gênero como a maternidade, os assédios, o menosprezo e a falta de reconhecimento e de incentivo. Assim, percebe-se que este cenário nunca foi motivador para as mulheres e a sua mudança acontece de forma lenta. Tomando como referência o número de bolsas de Produtividade em Pesquisa distribuídas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por categoria e sexo do bolsista, dados de 2010 revelam que as mulheres representam apenas 34,8% do número de bolsistas, sendo que esse número decresce conforme aumenta a hierarquia acadêmica (CNPq, 2012).

Há um estigma social de que as mulheres devem ter suas vidas voltadas às obrigações domésticas e à maternidade. Quando rompem essas expectativas impostas, conseqüentemente, surgem obstáculos na sua jornada e, a partir disso, a figura feminina tem de lidar com sentimento de culpa imposto a ela, por não conseguir conciliar família e trabalho, o que não deveria ser uma preocupação exclusiva das mulheres (VELHO, 2006).

Uma vez feita a opção pela carreira científica, a mulher se depara com o conflito da maternidade, da atenção e obrigação com a família *vis-a-vis* as exigências da vida acadêmica. Algumas sucumbem e optam pela família, outras, pela academia, e um número decide combinar as duas. Sobre essas últimas, não é necessário dizer o quanto têm que se desdobrar para dar conta não apenas das tarefas múltiplas, mas também para conviver com a consciência duplamente culposa: por não se dedicar mais aos filhos e por não ser tão produtiva quanto se esperaria (ou gostaria) (VELHO, 2006).

Como forma de encorajar as mulheres cientistas, surgiram as premiações científicas direcionadas a este público. Um exemplo é o prêmio da L’Oreal/UNESCO e Academia Brasileira de Ciências - Para Mulheres na Ciência. A primeira edição da premiação ocorreu em 2006, e, atualmente, está na sua 16ª edição. A cada ano, sete

mulheres cientistas são laureadas nas áreas de Ciências da Vida, Ciências Físicas, Ciências Químicas e Matemática. As pesquisadoras são contempladas com uma bolsa de, cerca de, R\$ 50 mil reais, como fomento às suas pesquisas. Desde que foi criada, a premiação reconheceu e incentivou 103 cientistas brasileiras, ressaltando a relevância dos seus trabalhos, com a distribuição de mais de R\$ 4,3 milhões em bolsas-auxílio. Sendo assim, o objetivo do presente estudo foi realizar uma análise do impacto que premiações deste porte podem causar na vivência e na carreira de mulheres pesquisadoras, bem como afetar o meio acadêmico onde elas estão inseridas.

2. METODOLOGIA

Para realizar o levantamento de dados sobre o possível impacto das premiações destinadas a mulheres pesquisadoras, especificamente o prêmio Para Mulheres na Ciência (L’Oreal/UNESCO/Academia Brasileira de Ciências), foi utilizado um questionário autoaplicável, destinado para as pesquisadoras laureadas em todas as edições do prêmio (independente da área de atuação), por meio de uma ferramenta remota (*Google Formulários*). O questionário foi desenvolvido visando a extração de dados qualitativos para análise. As questões foram formuladas a fim de abordar o cenário vivenciado pelas pesquisadoras a respeito das relações de gênero no ambiente acadêmico por elas frequentado, bem como a opinião e percepções pessoais delas sobre premiações e representatividade feminina na ciência brasileira. O formulário foi encaminhado por *e-mail* para 80 laureadas e foi composto por um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e por 15 questões, apresentadas na Quadro 1.

Quadro 1. Questionário aplicado as laureadas.

Perguntas	Tipo de questão
1) Qual a sua área de premiação?	Objetiva
2) Depois de ter sido contemplada com o prêmio, você acredita que a forma que colegas (tanto homens quanto mulheres) do meio científico a tratavam mudou?	Objetiva
3) Se você respondeu “sim” na questão anterior; você considera que essa mudança de tratamento foi maior entre colegas homens ou colegas mulheres?	Objetiva
4) Ainda referente à questão 2, se você respondeu “sim”, comente o que você percebeu de principais mudanças com relação a isto (tratamento entre colegas).	Discursiva
5) Você teve incentivo de orientadoras/es e/ou equipe de trabalho para concorrer ao prêmio?	Objetiva
6) Você acredita que o prêmio impulsionou sua carreira de alguma forma?	Objetiva
7) Se a resposta para anterior foi “sim”, de que forma?	Discursiva
8) Você considera importante premiações destinadas apenas para mulheres?	Objetiva
9) Se a resposta foi “sim”, na questão 8, comente porquê.	Discursiva
10) Defina em uma palavra como se sentiu ao ser premiada pela contribuição da sua pesquisa para a ciência.	Discursiva
11) Você acredita que atualmente há representatividade de gênero suficiente no meio científico?	Objetiva
12) Para atingir a igualdade de gênero no meio científico, você acredita ser suficiente o aumento numérico de mulheres em carreiras científicas e/ou posições de liderança?	Objetiva
13) Você percebeu alguma mudança positiva ao longo do tempo a respeito das relações de gênero (não apenas em relação a você) no seu ambiente de trabalho?	Objetiva
14) Qual foi a maior dificuldade percebida durante a sua carreira especificamente por ser mulher?	Objetiva
15) Por favor deixe uma recomendação para as jovens cientistas que estão iniciando suas carreiras.	Discursiva

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram obtidas respostas do questionário de 32 das 80 laureadas que receberam o formulário. Com relação às áreas de premiação das pesquisadoras que forneceram suas respostas, o maior percentual foi da área de Ciências da vida (62,5%) e o menor percentual foi da área da Matemática (9,4%). Segundo a percepção de mais de 80% das pesquisadoras, houve mudanças na forma de como colegas de trabalho as tratavam após serem contempladas com o prêmio Para Mulheres na Ciência

(L’Oreal/UNESCO/Academia Brasileira de Ciências). Entretanto, quando perguntadas se elas percebiam que essa mudança era maior entre colegas homens ou colegas mulheres, a resposta da maioria (cerca de 53%) foi de que não foram percebidas diferenças entre o gênero dos/as colegas para tal comportamento. Sobre qual foi a mudança no tratamento que passaram a receber no ambiente de trabalho após o prêmio, foi o sentimento “respeito” mais citado, dentre as respostas discursivas.

Na questão sobre incentivos para concorrer ao prêmio, mais de 70% das entrevistadas relatam que foram incentivadas pela sua equipe de trabalho para concorrer a premiação. Quando perguntado se o prêmio as impulsionou na carreira científica, a resposta foi afirmativa de forma unânime. As laureadas declararam, a partir da questão discursiva sobre de que forma se deu esse impulso, que muitas vezes o prêmio proporcionou maior visibilidade para novas propostas de emprego, convite para palestras e eventos, assim como casos de avanços no nível das bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Outra questão que as pesquisadoras apontam é que o apoio financeiro foi fundamental para o avanço e continuidade das pesquisas, e em alguns casos foi de extrema importância para melhorar e manter a infraestrutura dos seus laboratórios.

Sobre as premiações destinadas ao público feminino, se elas consideram estas iniciativas válidas, a resposta de todas as pesquisadoras foi “sim”. Ao comentarem na questão discursiva sobre porquê responderam “sim”, as pesquisadoras ressaltaram a importância, o incentivo e o reconhecimento na jornada acadêmica promovidos pelas premiações. Ainda, as laureadas discutiram que as mulheres na ciência estão longe de ter uma equidade de gênero estabelecida, logo premiações nesse modo evidenciam trabalhos de qualidade realizados por mulheres cientistas, o que pode servir de inspiração para as pesquisadoras sucessoras, podendo motivar jovens a seguirem carreira científica. Reflexões, discussões e ações, portanto, são primordiais para a promoção das transformações necessárias na sociedade e na ciência, principalmente, no que se refere à inclusão das minorias (MESKO, 2018). Em tempo, as laureadas refletem sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, que não são as mesmas de um homem cientista, e como essas premiações podem dar a visibilidade necessária à pesquisa, com objetivo de promover a área estudada. Em outra questão dirigida às pesquisadoras foi solicitado que cada uma definisse em uma palavra como se sentiu em relação ao prêmio recebido e as palavras mais citadas foram “realizada”, “honrada” e “reconhecida”, e as demais emoções relatadas seguem um sentido sempre positivo, de êxtase, entusiasmo, orgulho e alegria.

Com relação à presença de mulheres na ciência, mais de 80% das entrevistadas acreditam que não há representatividade de gênero suficiente no meio científico. Na questão de atingir a igualdade de gênero, apenas com o aumento do número de mulheres nas posições de liderança, a concepção das entrevistadas, em sua maioria, é de que não é a solução do problema das mulheres na ciência. Em relação à mudança de comportamento a respeito das relações de gênero no ambiente de trabalho como um todo, cerca de, 84% das entrevistadas afirmaram que houve mudanças positivas.

Quando perguntadas sobre qual foi a maior dificuldade enfrentada na carreira, as respostas se dividem em dupla jornada de trabalho, menosprezo, falas preconceituosas, assédio moral ou sexual e conciliar carreira com maternidade. Percebe-se que a dupla jornada de trabalho foi o maior obstáculo das entrevistadas, isso pode ocorrer por falta de uma rede de apoio, como família e amigos e, principalmente, do companheiro (se houver), sendo um forte fator de cansaço, exaustão, ocasionando a desistência. A sobrecarga se diz respeito em como a sociedade pensa que determinados grupos de pessoas, de acordo com gênero, raça,

e classe, devem se organizar em relação ao trabalho. (MACHADO, 2020). Estes resultados estão apresentados na Figura 1.

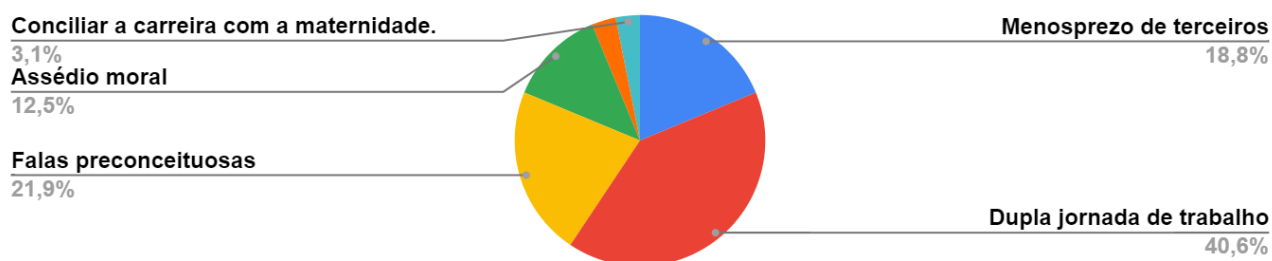


Figura 1. Principais dificuldades reportadas pelas entrevistadas laureadas com o prêmio Para Mulheres na Ciência (L’Oreal/UNESCO/Academia Brasileira de Ciências).

Por fim, a recomendação que as cientistas deixaram, em especial, para as jovens que estão iniciando no meio científico, foi de que elas persistam, pois apesar dos desafios da ciência, a recompensa é muito maior que tudo. Elas destacaram a importância de acreditar em seus sonhos, objetivos e na sua carreira. Outros fatores que foram comentados para serem implementadas na luta das mulheres foram a sororidade e a resiliência.

4. CONCLUSÕES

No presente estudo, destacaram-se os avanços das jornadas femininas na pesquisa, embora ainda exista um longo caminho a ser percorrido, pois o ato de empoderar mulheres deve ser uma luta da sociedade como um todo. Diante do cenário analisado, verificou-se que obstáculos como jornadas duplas de trabalho, falas preconceituosas e assédios morais ou sexuais podem interferir na carreira de mulheres, por isso se faz necessário incentivos, como premiações e eventos que promovam o reconhecimento merecido a mulheres cientistas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CNPq. **Séries históricas até 2012: quantitativos de bolsas por sexo**. Brasília, 2012. Acessado em 28 jul 2021. Online. Disponível em: <http://www.cnpq.br/series-historicas>.
- LETA, J. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.
- LOWY, I. Ciências e Gênero. In: HIRATA, H. *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. Cap.5, p. 40-44.
- MACHADO, J. **Os múltiplos papéis da mulher e o desafio à produção científica**. UFJF Notícias, Juiz de Fora, 22 jun. 2020. Trimestral. Acesso 28 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/06/22/os-multiplos-papeis-da-mulher-e-o-desafio-a-producao-cientifica/>.
- MESKO, M.F. **A fórmula da igualdade de gênero na química**. Instituto Ciência Hoje, 28 ago. 2018. Acesso 28 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/a-formula-da-igualdade-de-genero-na-quimica/>.
- PEREIRA, A.C.F.; FAVARO, N.A.L.G. História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. In: **XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE)**, 8., Curitiba, 2017. Anais EDUCERE. Curitiba: PUCPR, 2017.
- VELHO, L. Prefácio. In: SANTOS, L.W; ICHIKAMA, E.Y; CARAGNO, D.F. (Org). **Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento**. Londrina: IAPAR, 2006. p. 15.

OLHOS E VOZES DA CIDADE A PARTIR DO EVENTO “PRÉ-CIDADES EM TRANSE: ENTRE PLANEJAR E VIVER A CIDADE”

ISABELA FORTUNA DE LIMA¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas – isabelafortlima@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - louiseturismo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O evento “Pré-Cidades em Transe: Entre planejar e viver a cidade” foi um evento organizado pelo projeto de extensão “Narrativas do Passo dos Negros: um exercício de etnografia coletiva para antropólogos em formação”, no âmbito do “Projeto de Pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas” da UFPel, em parceria com o projeto de extensão “ArqUrb Comunidades”, da UniRitter. O “Narrativas do Passo dos Negros”, assim como os outros projetos integrantes do Margens, tem como premissa, a partir da relação com a comunidade, entender outras formas de viver e fazer a cidade.

O “Pré-Cidades em Transe” antecipou o evento anual organizado pelo “Margens” denominado “Cidades em Transe” que em 2021 tem como tema “Patrimônios, Conflitos e Contranarrativas Urbanas”. Como parte fundamental do fazer extensão, que tem por princípio “considerar os conhecimentos gerados com as reais necessidades da sociedade fazendo mudanças e adaptações ao ensino e à pesquisa, para oferecer soluções a problemas eminentes” (PROEX, 2012), nos mantivemos em posição de conexão e diálogo com diferentes grupos, para que as questões trazidas fossem não apenas abordadas por pessoas da academia, mas sim por lideranças locais, movimentos sociais, etc. Esta relação permitiu uma compreensão da práxis, do fazer a cidade no cotidiano, compreendendo a realidade a ser trabalhada, em sua amplitude, partindo não apenas da realidade de estudantes ou docentes, mas sim das próprias pessoas que compõem e constroem os espaços da cidade.

A programação envolveu um dia inteiro de atividades remotas (online), com convidados e convidadas de diferentes lugares e áreas de atuação, com a intenção de manter essa intersecção de olhares e um acesso direto a diferentes panoramas da cidade, seus espaços, histórias e pessoas, para que as vivências fossem compreendidas não como pautas, mas sim considerando o aprender com as realidades com as quais que queremos construir conexões e colaborações.

2. METODOLOGIA

A criação do evento se deu a partir de uma ideia sugerida em uma das reuniões do projeto “Narrativas do Passo dos Negros”, com a intenção de organizar um evento vinculado ao “Cidades em Transe”, que abordasse os debates e discussões que são feitos dentro do projeto, mas também que aqueles trabalhados na parceria com o projeto “ArqUrb Comunidades”, da UniRitter, um projeto que aborda a busca de garantia do acesso à moradia e da valorização da moradia como um bem comum e de dignidade humana. Com essa parceria, buscamos então realizar um evento que fosse um espaço de debates sobre planejamento urbano colaborativo e para discussões relacionadas ao direito à moradia e aos espaços das cidades.. O evento ainda contou com o apoio do Núcleo de Estudos de

Arquitetura Brasileira (NEAB), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR) e do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos.

O evento começou a ser organizado em abril de 2021, dentro das reuniões semanais virtuais do “Margens” e através de comissões definidas entre participantes dos projetos. Nestas reuniões foram definidas, de forma participativa, o cronograma e convidadas; a elaboração e envio de convites para os palestrantes; a elaboração de formulários para inscrições online; comunicação e produção de artes para a divulgação do evento e das suas atividades nas redes sociais do “Margens”. As inscrições, abertas para toda a comunidade, foram feitas de forma online e gratuita através da plataforma do Google Forms.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O “Pré-Cidades em Transe: entre planejar e viver a cidade” aconteceu no dia 18 de junho de 2021, através de lives transmitidas pelo canal do Margens no youtube e contou com 123 inscrições, de acordo com o relatório oficial do evento, divididas entre diversas áreas do conhecimento, instituições de ensino, profissões e localidades.

Tivemos três mesas no decorrer do dia, uma em cada turno (manhã, tarde e noite), intercaladas por duas atividades artísticas. Cada mesa abordou uma temática envolvendo o planejamento das cidades, e os palestrantes foram pensados pelos participantes e apoiadores dos projetos organizadores, para que os convidados contemplassem a discussão da qual fariam parte e vice-versa. A primeira mesa do dia abordou questões acerca das condições das cidades e seus espaços, e o questionamento sobre quem planeja e quem habita uma cidade e as diferenças das condições de habitação e existência. Em sintonia com a temática, recebemos como convidados um representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), um professor e geógrafo que agregou à mesa contando suas experiências tendo trabalhado como office boy durante alguns anos, e um mestrando em Antropologia Social, morador do Amapá, que nos trouxe perspectivas sobre as condições de habitação de regiões ribeirinhas. Na segunda mesa do dia, abordamos os movimentos sociais urbanos e a luta pelo direito a cidade, trazendo como convidadas representantes dessa luta – uma arquiteta e urbanista com atuação na arquitetura popular e na militância pelo direito à moradia, uma graduanda em Serviço Social que trabalhou com famílias em processo de remoção de suas terras, e uma líder comunitária da Cooperativa de Habitação e Trabalho 20 de Novembro - todas relacionadas à vivências e lutas sociais que caracterizam a linha de frente da luta por moradia e habitação com dignidade para todos. E ao final, na terceira e última mesa do dia, recebemos como convidados três professores (UFPel e UFSC) para abordarmos conceitos e concepções de patrimônios, e a relação de habitantes com esses patrimônios - o que se caracteriza como patrimônio, o que ele representa e a quem ele faz sentido. Nas duas atividades artísticas, apresentamos as obras recebidas nas temáticas LGBTQIA+ e Religiões de Matrizes Africanas, compondo a ideia da diversidade em perspectivas sobre as cidades e as formas de habitar. Somando as 5 atividades apresentadas, foram mais de 900 visualizações nas *lives* contadas até o presente momento (252 na primeira mesa, 144 na segunda mesa e 244 na terceira mesa, para além de 102 e 174 nas mostras artísticas).

Ao todo, o evento abordou diferentes aspectos para alcançar, de forma mais abrangente, o mesmo propósito: trazer pessoas e falas diversificadas, de diferentes

instituições, acadêmicas ou não, para gerar diferentes narrativas acerca do debate do direito pleno à cidade. Pudemos observar reações positivas obtidas com o evento, através dos comentários feitos pelo público nos vídeos, pelo conteúdo dos debates e por essa diversidade de percepções trazidas, o que gerou uma grande identificação entre o público e as narrativas apresentadas. Para além dos resultados diretos, tivemos diversos trabalhos produzidos posteriormente abordando o “Pré-Cidades em Transe” como tema, o que salienta também a multidisciplinaridade em que se baseou o evento e que acabou sendo igualmente gerada com sua realização.

4. CONCLUSÕES

Mesmo em apenas um dia de evento, alcançamos efeitos importantes a partir do que foi planejado e realizado, com a interlocução entre todos que participaram e a interconexão entre as perspectivas que conseguimos expor no decorrer das falas. Partindo do projeto “Narrativas do Passo dos Negros”, pensamos um evento que contemplasse os debates acerca da cidade e o direito coletivo a ela e seus espaços, colocando como referência não apenas os conhecimentos teóricos que embasam o assunto, mas sim as pessoas e narrativas que pensam ou fazem esses espaços, ou a luta por eles, como uma base firme de onde partimos e de onde devem partir nossas reflexões e ações, construídas em relação de um diálogo horizontal com os grupos que nos conectamos. Por fim, a organização de um evento tão diverso, sendo um espaço de escuta, relação e compreensão acerca da pluralidade que nos cerca como sociedade, reafirma a intenção essencial que sustenta o projeto realizador, que é a de uma possibilidade de engrandecer olhares e ações para com os lugares que habitamos e quem habita neles em coexistência conosco. Assim, acaba por se gerar uma base, rica em experiência e percepção, que possibilita traçar caminhos acadêmicos, profissionais ou pessoais e pensar atuações e efeitos práticos tendo como guia esse olhar compreensivo e abrangente sobre os lugares e pessoas que nos cercam.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, L.P.; FERREIRA, M.R. Exposição Patrimônios Invisibilizados: Uma experiência coletiva de extensão na pandemia. In: MICHELON, Francisca. **Coleção Extensão e Sociedade: Conexões para um tempo suspenso: as formas da extensão universitária da UFPel durante a pandemia do Covid-19**. Pelotas: Editora UFPel. 2020. p 538-562

Brasil de Fato. **Assentamento 20 de Novembro, em Porto Alegre, alerta para ameaça ao direito à moradia**. Sul 21, 14 jul. 2020. Variedades. Acessado em 30 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/14/assentamento-20-de-novembro-em-porto-alegre-alerta-para-ameaca-ao-direito-a-moradia>

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. PROEX – Manaus - AM, 2012. Acessado em 8 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>

Relatório Pré-Cidades em Transe: Entre planejar e viver a cidade (2021). No prelo

ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR EM INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA): PROJETO DE EXTENSÃO

JULIANA DE MIRANDA CARRER¹; JÚLIA RODRIGUES ANDRADE²; FERNANDA VARGAS FERREIRA³, ROSA NÚBIA VIEIRA DE MOURA⁴, LIA SILVA DE CASTILHO⁵, FABIANA VARGAS-FERREIRA⁶

¹Universidade Federal de Minas Gerais – jmcarrer@hotmail.com

²Universidade Federal de Minas Gerais – julia.rodrigues.andrade@hotmail.com

³Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - anandafvf@gmail.com

⁴Universidade Federal de Minas Gerais – bdmoura96@gmail.com

⁵Universidade Federal de Minas Gerais – liasilvacastilho@gmail.com

⁶Universidade Federal de Minas Gerais – fabivfer@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), de acordo com o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders* (DSM-5), engloba um conjunto de transtornos que interferem no desenvolvimento infantil. As causas são genéticas, hereditárias e biológicas. A condição interfere em dois grupos de sintomas, que apresentam graus: a) dificuldade na comunicação e interação social, marcada por déficits nas reciprocidades social e emocional, e pela dificuldade de iniciar e manter relacionamentos; b) comportamentos estereotipados e repetitivos, interesses restritos, aliados à hiper e/ou hiporreatividade sensorial (APA, 2013).

A literatura menciona que as manifestações e características do TEA variam bastante, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo. Além disso, as características são mais acentuadas na infância e nos primeiros anos de vida escolar (APA, 2013). O TEA apresenta três níveis de gravidade e cada um deles requer uma determinada atuação. a) nível 1 (exige apoio, geralmente tem déficit na comunicação social com prejuízos notáveis e apresenta obstáculos para independência); b) nível 2 (exige apoio substancial, déficit grave na comunicação verbal e não verbal com prejuízos de funcionamento e limitação nas interações sociais) e c) nível 3 (exige apoio muito substancial, déficit semelhante ao nível 2 e tem acentuada limitação nas interações sociais (APA, 2013).

Então, o indivíduo com TEA apresenta necessidades distintas, as quais requerem diferentes atenções e assistências. O objetivo do resumo é apresentar as principais atividades desenvolvidas envolvendo indivíduos com TEA e suas famílias sob a ótica da multidisciplinariedade.

2. METODOLOGIA

O Projeto de Extensão antes da pandemia era nominado "Odontologia para Pacientes com Transtorno do Espectro Autista" e estava presente na Faculdade de Odontologia (FAO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Começou suas atividades presenciais no ano de 2019 e deu sequência a uma linha de cuidado desenvolvida desde 1996 na própria Faculdade. As principais atividades desenvolvidas incluíram ações promotoras de saúde bucal: orientações de higiene bucal e de alimentação, sobretudo, envolvendo a família (cuidadores). Além disso, a FAO/UFMG se configura no principal serviço utilizado por este grupo vulnerável,

assim, o projeto contribui fortemente para a redução das iniquidades em termos de acesso/utilização do serviço de saúde, principalmente, de saúde bucal.

Os objetivos principais antes e pós pandemia são capacitar crianças e adolescentes com TEA com relação ao autocuidado; instrumentalizar cuidadores e familiares para maior compreensão das manifestações de TEA; propiciar transformações e impactos positivos tanto na família quanto nos estudantes envolvidos. Além dos objetivos supracitados, houve a necessidade de se abordar os indivíduos com TEA e seus familiares (cuidadores) sob a ótica da atenção e assistência holística ou integral. Sendo assim, houve a inclusão de discentes (Graduação e Pós-Graduação) e docentes de outros cursos, como da Fisioterapia, Psicologia, Terapia Ocupacional junto com a Faculdade de Odontologia. Atualmente, o projeto é intitulado “Abordagem Multidisciplinar em indivíduos com transtorno de espectro autista (TEA)”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes da pandemia, foram assistidas presencialmente 15 famílias mediante ações de prevenção, educação em saúde e promoção. Das crianças e adolescentes avaliados, 71,5% foram do sexo masculino, com idade variando de 6 a 20 anos e predomínio de cor não branca. O exame bucal mostrou que houve prevalência de cárie dentária e traumatismo dentário, respectivamente, de 57,1% e 28,6%. Os dados mostram a necessidade de se manter a oferta de atenção e assistência. Além disso, foram produzidos materiais educativos de Saúde Bucal e livro de colorir distribuídos gratuitamente.

Outra atividade realizada antes da pandemia foi o “Encontro Mundo Azul” que buscou estreitar laços e relações de confiança entre pais, cuidadores, indivíduos com TEA e estudantes. As famílias foram recebidas na FAO e houve confraternização entre todos, distribuição de alimentos saudáveis de acordo com as peculiaridades de cada um e uma roda de conversa para falar sobre o impacto do projeto na vida das famílias, principalmente. A roda de conversa foi emocionante e mostrou, mais uma vez, o impacto transformador que as atividades de Extensão têm sobre indivíduos e famílias.

Além disso, elaboraram-se personagens referentes as letras (AUTISMO) para propiciar identificação social e sentimento de inserção na sociedade por parte dos indivíduos e suas famílias. Cada personagem tem uma determinada característica e os nomes são os seguintes: Alex, Umberto, Thaís, Isabela, Samuel, Mariana e Otávio. Ainda, estão e são produzidos materiais informativos e histórias sociais de acordo com as necessidades, por exemplo, consulta odontológica, vacinação, higiene bucal, entre outros.

Além disso, estão em andamento histórias sociais (HS). O objetivo do uso das HS é descrever situações nas quais um indivíduo possa ter dificuldades em identificar os sinais sociais relevantes ou os comportamentos esperados e para compreender as consequências de se comportar de determinada forma (GRAY, 2000). Ainda, as HS são histórias curtas e individualizadas que podem ser usadas para ajudar pessoas com TEA na interpretação e compreensão de situações sociais difíceis ou complexas. E também os alunos participam de Seminários com temáticas variadas envolvendo o TEA. São convidados profissionais com expertise na área e os próprios alunos estudam e apresentam o tema para os colegas. Os seminários são realizados a cada 10 dias e instigam a curiosidade e o saber pelo tema sob a ótica integral.

Outro aspecto importante a ser mencionado e que segue a diretriz de impacto e transformação e pela indissociabilidade da tríade ensino-pesquisa-transformação, projeto busca contribuir para a compreensão de saúde geral e bucal da população alvo, através de pesquisas em andamento (confeção de artigos científicos, participações em congressos, orientação de Dissertação e trabalhos de conclusão de curso). Os estudantes de diversas áreas (Odontologia, Psicologia, Terapia Ocupacional e Fisioterapia) têm contato com a extensão e pesquisa em sua plenitude e têm oportunidade de trabalhar com alunos de Pós-Graduação, favorecendo o crescimento e aprendizado de todos, ou seja, com impacto positivo na formação do estudante. Também é fundamental reforçar que uma das transformações se refere à oferta de atividades, materiais e orientações aos cuidadores dos indivíduos com TEA, por meio de rede social.

4. CONCLUSÕES

É inegável mencionar que a pandemia pelo COVID-19 ocasionou transformações e impactos sociais em todos os indivíduos e famílias.

E a Extensão também precisou se reinventar e se reestruturar. Atividades que outrora eram presenciais, tornaram-se muitas delas, 'on line', assim todos os atores tiveram que se autoavaliar e se reorganizar. Apesar de todas as limitações impostas pelo momento em que estamos inseridos, podemos ratificar que a Extensão continua promovendo práticas e o contato com a comunidade. Assim, a vivência continuada permite que os envolvidos se transformem de forma profunda e que haja cada vez mais a ênfase no acolhimento, na empatia e na humanização.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5**. Washington: American Psychiatric Association, 2013. 5v.

GRAY, CA. **The new social storybook Arlington**, TX: Future Horizons, 2000.

ENCONTROS DE SABERES: A EXTENSÃO COMO UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

LUAN FILIPE ENCARNAÇÃO DA COSTA¹; ERLANE ALVES DO SANTOS²;
ANA CAROLINA OLIVEIRA NOGUEIRA³; RAQUEL SIQUEIRA RITA DIAS⁴

¹ Universidade Federal de Pelotas – filipeencarnacao18@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – erlaneadsantos@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – anaconogueira@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas – rakssilveira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As Universidades, segundo o art. 207 da Constituição brasileira “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” ou seja tem por base 3 (três) pilares, o ensino, a pesquisa e a extensão, cada um com especial participação na formação acadêmica, profissional e social do corpo discente que passa por ela, tendo isso em mente, e isolando a formação social dos discentes, a extensão é, por assim dizer, uma via de mão dupla, onde o(a) aluno(a) poderá aplicar de forma ativa o conhecimento obtido em seus estudos (o qual poderá ser técnico, político, social etc) dentro da comunidade e a comunidade, por sua vez, tem o benefício de obter o serviço ou orientação que no projeto está sendo oferecido.

O Fórum Social, sendo um projeto de extensão da Universidade Federal de Pelotas, conta, de forma micro, com uma estrutura basilar, ela é a ponte que liga a universidade e as comunidades que fazem parte do projeto. Conforme o art. 1º da resolução do CONSUN (Secretaria dos Conselhos Superiores) nº 7 de 21 de julho de 2016 o Fórum Social é “órgão de natureza consultiva para assessoramento da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel”, e visa, acompanhar, assessorar e proporcionar políticas de extensão, pesquisa e ensino da universidade.

Neste ano pandêmico, o Fórum Social teve seu foco voltado para a dedicação do fornecimento de álcool em gel, agasalhos, alimentos e roupas, atuando fortemente no que se refere o item III do art. 3º de seu regimento, “IV - Aproximar as demandas dos movimentos sociais com projetos e programas já existentes na UFPel.” como ocorre com o Projeto Ações farmacêuticas de enfrentamento a pandemia do COVID-19. Também promoveu a Live Sextou com o Fórum Social, um encontro online que contou com a participação de seus membros e divulgou os projetos e trabalhos desenvolvidos por eles.

Do mesmo modo, está sendo necessário que o Fórum social seja um espaço propício para a “ação de mão dupla: da Universidade para a sociedade, da sociedade para a Universidade” (FORPROEX, 2012). Para isso, os encontros quinzenais onde são realizadas conversas e apresentações dos projetos que ocorrem dentro das comunidades, fomentam discussões, evidenciam as conexões entre as vivências e agregam na construção da dinâmica que é proposta durante a atuação do Fórum.

Diante disso, abre-se com o Fórum social uma troca de saberes entre as entidades. O conhecimento e a vivência das comunidades trazidas através de suas histórias, movimentos sociais, artísticos e políticos demonstram um elemento que se faz necessário durante o aprendizado acadêmico.

Nesse viés, José Jorge de Carvalho, no Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), vocifera a importância de uma visão holística dentro da educação, onde as universidades devem entender os diversos tipos de conhecimentos no mesmo patamar de importância, como um “Cosmos Vivo” (CARVALHO, 2018). Para o autor, primeiramente, o Encontro de Saberes deve se ater no incentivo da presença dos mestres nas Universidades. Posteriormente, fomentar diálogos pluriépistêmicos com os diversos campos do saber que serão proporcionados aos estudantes e professores. (CARVALHO, 2018).

2. METODOLOGIA

Os encontros do núcleo do Fórum Social, que é composto por suas coordenadoras e alunos e alunas extensionistas de diversos cursos, como: Direito, Jornalismo, Enfermagem e os grupos da sociedade civil organizada, se deram de maneira virtual, sobretudo durante a pandemia (2020 e 2021), utilizando-se das plataformas WEBconf-UFPEL e Google Meet. Antes do período pandêmico, ocorriam presencialmente nas instalações da universidade e nas sedes das representações utilizando um sistema de rodízio de cada encontro.

As articulações para organização dos encontros se deram via Facebook e Whatsapp, e as artes de divulgação para a comunidade universitária e sociedade civil em geral foram desenvolvidas através dos aplicativos Canva e Photoshop.

Para a produção de encontros abertos, “lives” e palestras, utilizou-se as plataformas WEBconf-UFPEL, StreamYard, Obs Studio, Overlays e Stream Elements.

O álcool em gel, produzido pelo projeto “Ações farmacêuticas de enfrentamento à pandemia do COVID-19”, foi entregue através dos transportes fornecidos pela Universidade Federal de Pelotas, ressaltando que os contatos presenciais se deram em atenção aos cuidados necessários para a prevenção ao Covid-19 indicados pela OMS, ou seja, com distanciamento social, uso de máscaras e assepsia das mãos por meio de álcool em gel. O álcool em gel é armazenado em garrafas PET’s fornecidas pela parceria com a Refrigerantes BIRI.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2020, no dia 28 de outubro ocorreu a live do Fórum Social sobre: Regularização Fundiária - Perspectivas de efetivação do direito social à moradia em Pelotas. No ano de 2020 foram distribuídos em torno de 250 litros de álcool em gel.

No ano de 2021 até o mês de agosto foram entregues 689 litros de álcool em gel para 11 comunidades, com essa atuação que contou com a ajuda do projeto Ações farmacêuticas de enfrentamento à pandemia do COVID-19) e teve a aderência de 05 entidades novas no Fórum, dentre elas 3 representações restantes do Setorial Quilombola (Cerrito Alegre; Vó Elvira e Alto do Caixão), Projeto Barriga Abençoada e Articulação Brasileira de Jovens LGBTQI+. As entregas são realizadas mensalmente às comunidades e entidades. No ano de 2020 e o começo das entregas no ano de 2021 eram entregues 20 litros, hoje (com exceção do mês de julho) são entregues 30 litros para cada uma dela.

Cronograma – Entrega de álcool em gel					
Entidade	1ª entrega	2ª entrega	3ª entrega	4ª entrega	5ª entrega
Associação Comunidade Cohab Tablada	05/05	02/06	19/07	10/08 + Alimentos	
Associação dos Deficientes Físicos de Pelotas	03/05	02/06	29/07		
Associação Inova Guabiroba	03/05	02/06	09/07 + Alimentos		
CUFA	05/05	17/06	29/07	Cobertores	
Quilombo Algodão	19/05	26/06	24/07		
Quilombo Alto do Caixão	19/05	26/06	24/07		
Quilombo Cerrito Alegre	xx	28/06	19/07 + Agasalhos		
Quilombo Vó Elvira	xx	28/06	23/07		
Renovação	19/05	17/06	19/07 + Agasalhos		
Sindicato das Domésticas	03/05	02/06	19/07	Alimentos	
Projetos Barriga abençoada e Sopão solidário	xx	xx	29/07		

*As datas grifadas representam as entregas já realizadas

Primeira entrega: 20 litros para cada representação = 160 litros ao todo

Segunda entrega: 30 litros para cada representação + 9 litros - Articulação Brasileira de Jovens LGBTs = 309 litros ao todo

Terceira entrega: 20 litros para cada representação = 220 litros ao todo

Imagem 1: Cronograma entrega álcool em gel - Fórum Social

No dia 04 de maio de 2021, em uma das reuniões quinzenais nasceu a live do fórum social, a “Sextou com o Fórum” com intuito de apresentar a atuação das entidades nas comunidades e também um espaço para contar sua história. Para isso acontecer, houve a escolha das entidades que iriam participar dessa primeira Live, se colocaram 4 (quatro) representantes, dentre eles: o Sandro Mesquita, coordenador da CUFA (Central Única das Favelas) em Pelotas; o Celso Gonzaga, presidente da Associação Inova Guabiroba, O Nilo Dias, líder da comunidade Quilombo do Algodão e a Sônia Macedo, vice-presidente da Associação Comunitária Cohab Tablada. Além disso, contou-se com a participação artística de Mano Rick, um rapper oriundo do loteamento Dunas e atuante no movimento hip hop e Deivid Lessa (Dedé), um dançarino e agente cultural na CUFA.

No mês de Junho de 2021 o Fórum Social aderiu à Campanha de Arrecadação Solidária da UFPEL.

No dia 17 de Julho de 2021 às 19:30hrs aconteceu a live “Sextou com Fórum Social”, e até o momento, segundo os dados fornecidos pelo logaritmos do Facebook, a live alcançou 402 pessoas e teve 289 interações, sendo eles 55 comentários. O resultado da live foi o fortalecimento do vínculo entre o Fórum e as entidades, durante a construção houve trabalho mútuo e muita comunicação a qual está fomentando outros encontros, outras lives e outros projetos, entre eles a atuação do fórum no incentivo do empreendedorismo nas comunidades.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que projetos de extensão com o perfil do Fórum Social, ou seja, que deixam o protagonismo com a sociedade civil organizada, tem um potencial de transformação que se faz urgente, dado o panorama de desigualdade social que acomete o país, sobretudo ante a pandemia de Covid-19 que evidenciou problemáticas vivenciadas por grupos historicamente minoritários em direitos.

Por outro lado, observa-se que os projetos e serviços oferecidos através da extensão universitária estão chegando à comunidade de forma eficaz, vez que existindo a ponte que é Fórum Social, eles são apresentados cada vez que há uma necessidade, como está sendo em relação ao Álcool em gel e como será com os demais projetos que estão sendo desenvolvidos.

Por fim, o projeto Fórum Social, para além de seu perfil, nesse particular momento de pandemia, como prestadora de serviço, persiste na criação e instrumentalização do conhecimento, sendo ele acadêmico, popular, cultural, de forma horizontal e coletiva.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

UFPEL. **Resolução nº 7. CONSUN Art. 1º e 3º**. Pelotas. 21 de julho de 2016. Online Disponível: <<
<https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/07/RES.072016-Regimento-do-Forum-Social-UFPEl.pdf> >> Acesso em: 21 de Julho de 2021.

CARVALHO, José Jorge; TUGNY, Rosângela Pereira; GONÇALVES, Gustavo. Universidade Popular e Encontro de Saberes In: **ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)**, 1,. **Anais...** Bahia: EDUFBA, 2016. p.479.

FORPROEX, **Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em:
<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 21 julho 2021.

SUPERENDIVIDAMENTO: ANÁLISE ACERCA DA HIPERVULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR IDOSO E A LEI 14.181, CDC.

LUCAS CASTRO DA SILVA¹; FERNANDO COSTA DE AZEVEDO²; ANTONIA ESPINDOLA LONGONI KLEE³; KARINNE EMANOELA GOETTEMS DOS SANTOS⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – castroluc99@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – fecoaze@ig.com.br

³Universidade Federal de Pelotas – antoniaklee@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – karinne.adv@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O superendividamento, assim, pode ser definido pela “incapacidade do devedor de pagar todas as suas dívidas, atuais e futuras, com seu patrimônio e seu rendimento”, seja qual for seu rendimento ou sua profissão, (LIMA, 2014, p.34), e decorre da concessão desmedida ou irresponsável do crédito e da ausência de regulação do mercado e da ausência do Estado provedor (educação, emprego etc.) (LIMA, 2014, p.35)

Nessa perspectiva, o presente trabalho visa tratar da vulnerabilização do consumidor idoso superendividado e as alterações trazidas pela Lei 14.181, sancionada no dia 2 de julho de 2021, incorporada ao Código do Consumidor (CDC), e que tem como objetivo a “prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor, bem como a instituição de mecanismos de prevenção, conciliação, tratamento extrajudicial e judicial do superendividamento e de proteção do consumidor pessoa natural e a preservação de um mínimo existencial” (Art. 4º, inc. X e Art. 5º, inc. XI, XII e XIII do CDC)

Os idosos, classificados como hipervulneráveis, merecem atenção especial do Estado, pois o superendividamento coloca em risco seu mínimo vital e a própria dignidade da pessoa humana. (CHAGAS; SANTANNA, 2019). São pessoas mais frágeis e, portanto, mais suscetíveis de serem enganados por práticas comerciais abusivas. Também no âmbito familiar são persuadidos a contratar o crédito em nome de outras pessoas, para dar-lhes sustento (CHAGAS; SANTANNA, 2019).

O crédito consignado vem ocasionando um intenso processo de superendividamento dos idosos, visto que, muitas das vezes eles são os únicos com renda fixa na unidade familiar, tornando-se responsáveis pelo sustento de vários dependentes (LIMA, 2014, p. 37).

Nesse contexto, é indiscreto a vulnerabilização do consumidor idoso superendividado e a onerosidade trazida a sua família. Segundo o texto da Lei 14.181, CDC, no art.54-A, nos parágrafos 1º e 2º, superendividamento é a impossibilidade manifesta de o consumidor, pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, decorrentes de quaisquer compromissos financeiros assumidos, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada, sem comprometer seu mínimo existencial.

Nesse universo, o conflito social decorrente do endividamento é inevitável, seja no aspecto psíquico, seja no âmbito as relações pessoais, impactando negativamente sobre as relações familiares (MIRAGEM; LIMA, 2014, p.95), uma vez que o problema gerado pelo endividamento ou pelo superendividamento, sua forma mais opressora, é sistêmico, afetando o cidadão idoso e todos que com ele convivem. (SANTOS; BRINGUENTE, 2019).

É nesse cenário que o projeto Balcão do Consumidor tem se concentrado, sobretudo durante a pandemia, buscando organizar e oferecer ações que recebam os hipervulneráveis para a solução dos conflitos de superendividamento. Para tanto, a parceria realizada com o PROCON é de fundamental importância para viabilizar a proposta do projeto, na medida em que, por meio do programa SINDEC, fornecido pelo PROCON, é possível usar das ferramentas adequadas para atender o consumidor, para o registro, encaminhamento e busca de soluções, em contato direto com o fornecedor de serviços. O procedimento é registrado e torna-se mais um espaço de exigência do cumprimento e satisfação dos direitos que cabem ao consumidor.

A conflituosidade social decorrente do superendividamento não encontra, no contencioso tradicional, procedimentos adequados à complexidade desta temática. Em razão disso, o Projeto de Lei 3515, voltado para alteração do Código de Defesa do Consumidor, culminou na Lei nº 14.181, publicada em 2 de julho de 2021, prevendo procedimento específico no tratamento do superendividamento, que consiste na instituição de mecanismos de prevenção e tratamento extrajudicial e judicial do superendividamento e de proteção do consumidor pessoa natural, assim como a instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento.(BRASIL,2021).

Por outro lado, caso a solução administrativa não seja possível, o projeto Balcão do Consumidor tem no SAJ a assistência jurídica de que os idosos necessitam para judicializar suas pretensões. É sabido que a resposta dos Bancos credores (*repeat players*) não ocorre de modo satisfatório, ou até mesmo não é oferecida, acarretando, assim, a necessidade de judicialização dos conflitos (GALANTER, 2018).

O retorno presencial das atividades acadêmicas exigirá do projeto Balcão do Consumidor estrutura e organização para atender às necessidades dos grupos mais vulneráveis, sobretudo em decorrência da pandemia. Ao mesmo tempo, proporciona aos seus alunos a formação acadêmica qualificada e conecta à realidade social, A fragilização das famílias, decorrente do desemprego ou subemprego, exigirá medidas complexas que ofereçam acesso à justiça adequado e compatível com essa realidade. Esse é o papel da Universidade. É o que o projeto Balcão do Consumidor se propõe a realizar, em nome da dignidade da pessoa humana.

2. METODOLOGIA

O projeto Balcão do Consumidor oferece ao consumidor que chega ao Serviço de Assistência Jurídica a solução administrativa dos conflitos por meio da conciliação, mediação ou negociação, proporcionando, ainda, aos alunos do Curso de Direito, a prática do consenso e da proteção do cidadão consumidor.

Para tanto, o projeto prevê, por meio de parceria com o PROCON/RS, o acesso/utilização/instalação do programa SINDEC, o qual será utilizado pelos alunos durante o atendimento ao consumidor, buscando a solução do problema na via administrativa, por meio de contato com o fornecedor de bens e serviços.

Trata-se de procedimento apto a promover o acesso à justiça pela via do consenso, bem como procedimento adequado aos problemas trazidos pelo consumidor, evitando o custo e o desgaste do processo contencioso e, assim, dispensando a judicialização do conflito.

Além disso, a partir dos atendimentos prestados, outras atividades podem ser suscitadas por meio de oficinas, minicursos e palestras, voltadas para o

esclarecimento da população acerca dos direitos fundamentais e proteção do consumidor.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido ao momento de distanciamento social por causa da pandemia do Covid-19, os atendimentos que seriam realizados no Serviço de Assistência Jurídica, não foram possíveis serem iniciados, razão pela qual ações têm se concentrado em palestras online, reuniões remotas, e planejamento de oficinas e informativos para o esclarecimento da população acerca dos seus direitos fundamentais no âmbito do consumo.

No dia 27 de julho de 2021 foi encaminhada Nota Técnica resultado da ação e da execução de três projetos junto à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL): Projeto de Extensão Balcão do Consumidor, Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito do Consumidor (GECON) e Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça no Século XXI. Tendo como assunto “Fraude em empréstimos consignados nos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas do INSS”.

Destacando a necessidade de uma medida mais eficaz, por meio de AÇÃO CIVIL PÚBLICA de caráter estrutural, em busca de medidas mais contundentes para proteger a coletividade de consumidores hipervulneráveis vítimas de fraude em empréstimos consignados, principalmente a população idosa.

Além disso, o projeto tem divulgado a importância da aprovação do Projeto de Lei 3515, que alterou pela Lei nº 14.181/2021, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), conferindo tratamento especializado ao consumidor superendividado (LIMA, 2014) de forma distinta do processo tradicional. O projeto de lei propõe um ambiente de negociação com os credores e reeducação do consumidor superendividado, restabelecendo seu crédito e proporcionando-lhe liquidação das dívidas, garantindo-lhe, assim, o mínimo existencial.

Todos os esforços para divulgar a educação para o consumo são de extrema importância nesse momento de grandes dificuldades para a população mais vulnerável, em razão do endividamento e superendividamento.

4. CONCLUSÕES

Não se pode mais tratar um conflito na contemporaneidade com os mesmos métodos utilizados dos séculos passados, no caso do consumidor endividado ou superendividado é ainda mais evidente a necessidade de compatibilizar o ritual de tratamento do conflito com a sua natureza, tratar o superendividamento na medida da sua complexidade e ainda reeducar o consumidor para o consumo consciente.

Nessa perspectiva, a orientação e o esclarecimento do consumidor são de extrema importância nesse momento de grandes dificuldades para a população mais vulnerável, sobretudo pelo caráter preventivo na busca do consumo consciente, evitando conflitos que podem decorrer do endividamento e superendividamento do consumidor.

O retorno às atividades presenciais do Balcão do Consumidor, quando ocorrer, vai precisar estar sensível a essa vulnerabilização do consumidor e suas famílias, em decorrência da perda de empregos, redução da renda e precarização da dignidade humana. O projeto e sua equipe estão preparados para essa realidade. Utilizando mecanismos mais adequados para conflitos dessa natureza.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIMA, Clarissa Costa de. **O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

CHAGAS, Rebecca Lorena de Sousa; SANTANNA, Héctor Valverde. O CRÉDITO CONSIGNADO E O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR IDOSO. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**, São Paulo, v. 16, n. 8, p. 212-231, jul. 2018. Semestral.

MIRAGEM, Bruno; LIMA, Clarissa Costa de. **Patrimônio, contrato e proteção constitucional da família: estudo sobre as repercussões do superendividamento sobre as relações familiares**. Revista de Direito do Consumidor. São Paulo, n.91, p.85-116, janeiro-fevereiro de 2014.

GALANTER, Marc. **Por que quem tem sai na frente: especulações sobre os limites da transformação do direito**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/25816>>. Acesso em: 26/Set/2021

SANTOS, Karinne Goettems dos; BRINGUENTE, Ana Carla de Oliveira. **SUPERENDIVIDAMENTO E ACESSO À JUSTIÇA: EXPECTATIVAS SOBRE A AUTOCOMPOSIÇÃO PARA O TRATAMENTO DOS CONFLITOS DECORRENTES DAS RELAÇÕES DE CONSUMO**. Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 131-151, jan. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/816/634>. Acesso em: 03 ago. 2021.

BRASIL, **Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento**. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.181-de-1-de-julho-de-2021-329476499>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

PELOTASMUN: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PROJETO DE SIMULAÇÕES DA ONU NO CONTEXTO PANDÊMICO

LUÍS GUSTAVO QUEIROGA DE ARAÚJO¹; WILLIAM DALDEGAN²

¹Universidade Federal de Pelotas – gustavoqa1@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – william.daldegan@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O Pelotas Model United Nations (PelotasMUN) é um projeto de extensão executado por alunos do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O projeto foi iniciado em 2013 porém, a partir de 2020, passou por diversas reformas e modificações para adaptar-se ao contexto pandêmico e de atividades online e à distância, como simulações online, *livestreams* e publicações no blog oficial do projeto.

O projeto é realizado seguindo a estrutura e o funcionamento da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo o seu objetivo principal fazer com que os participantes simulem os debates que ocorrem nos comitês da organização. Assim, é realizada uma imersão na área da diplomacia e do trabalho na ONU bem como das negociações internacionais, levando o conhecimento e o entendimento sobre o sistema ONU a todos que participam do projeto.

Dentro do PelotasMUN são abordadas temáticas envolvendo problemas internacionais contemporâneos que são emergentes na agenda mundial. Isso é possível por meio do estudo e do debate realizado pelos participantes, chamados de delegados. Como resultados esperados: o aprofundamento nos assuntos abordados, o desenvolvimento da análise crítica, da oratória, do trabalho em equipe, da negociação e da resolução de conflitos.

Os Modelos de Simulação da ONU são importantes por oferecerem uma oportunidade de integração de elementos de um currículo de estudos internacionais de graduação em diversas disciplinas e áreas de estudo. (MCINTOSH, 2001). Além disso, é estimado que mais de 400 mil estudantes ao redor do mundo participem de simulações, sendo eles do nível básico e superior de educação. (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

O PelotasMUN é baseado nos três pilares do conhecimento: pesquisa, ensino e extensão. Em pesquisa, o projeto estimula os organizadores a pesquisar assuntos da agenda internacional com o intuito de elaborar guias de estudos, além de fazer com que os delegados também pesquisem mais acerca dos temas. No ensino, por meio dos guias de estudos, das *livestreams* e das publicações no blog, os participantes são levados a aprender sobre assuntos internacionais que geralmente não são estudados em sala de aula. Já na extensão, o projeto tem como um dos seus objetivos atrair estudantes tanto da comunidade da UFPel, quanto da comunidade de Pelotas e de outras regiões para participar dos debates.

Assim, serão apresentados dados que demonstram os resultados da adaptação e da continuidade do projeto no contexto de pandemia e distanciamento social ao longo de 4 seções, sendo esta primeira a introdução ao projeto. Na segunda seção serão apresentadas as metodologias nas quais o projeto se baseia para efetuar suas ações. O relato dos resultados do alcance e impactos do projeto compõem a 3ª seção. Na quarta e última seção então são

realizadas considerações finais sobre o projeto e o seu desenvolvimento levando em conta os resultados demonstrados anteriormente.

2. METODOLOGIA

Sendo anteriormente um projeto de atividades (como reuniões, debates, ações de divulgação e a própria simulação) em quase toda a sua totalidade presenciais, desde o início do período pandêmico, o projeto passou por uma grande reforma e adaptação para adequar suas atividades ao sistema online. Isso ocorreu através da realização diversos meios.

O primeiro seria a realização de *livestreams*, as quais foram exposições de profissionais e pesquisadores convidadas, tratando de assuntos das Relações Internacionais, tendo seus resultados mensurados e acompanhados através de formulários (Google Forms) e da plataforma Youtube, onde foram realizadas a transmissões.

Na área de produção escrita, foram feitas publicações no blog do projeto abordando diversos assuntos do Sistema Internacional, bem como um sistema de *newsletter* para disparo de compilado de notícias elaborado pelos membros do projeto.

Para a simulação, no ano de 2020 foram realizadas adaptações nas regras de procedimento para que o evento pudesse ocorrer de forma online. Assim, foram feitas mini-simulações que seguiram padrões originais do projeto, mas adaptados para as plataformas digitais e com o devido isolamento social. Já no ano de 2021, foi estabelecido um calendário para a preparação e realização da simulação oficial também de forma online, utilizando das regras e procedimentos já adotados nas mini-simulações de 2020, bem como a escrita de guia de estudos para esta edição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto ainda está em execução, porém as atividades realizadas até o momento demonstram resultados que são possíveis de apresentação em relação à atuação do projeto durante o período de pandemia.

Foram realizadas 2 mini-simulações através da plataforma Zoom. A primeira foi uma mini-simulação informal, chamada de “*mock*”, com o intuito de fazer com que os participantes aprendessem as regras e procedimentos da simulação, tendo um número de 15 participantes.

A segunda foi uma mini-simulação formal, chamada de “PelotasMUN Nostalgia”, a qual simulou de fato um comitê da ONU, mas com número de participantes e duração reduzidos. Foi simulado o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas com o tópico “Racismo e xenofobia no contexto da crise migratória”. Para tanto, foi utilizado um guia de estudos da edição de 2017 do PelotasMUN, o qual foi reescrito e atualizado ao contexto de 2020 pelos membros do projeto. A mini-simulação contou com 17 participantes de diferentes cursos da UFPEL, escolas da região de Pelotas e de outras universidades, os quais foram divididos em duas sessões do comitê para um melhor debate.

Em 2021, o evento tem a previsão de ocorrer em sua forma completa nos dias 23 e 24 de outubro. Para isso, foram preparados dois guias de estudos, os quais servirão como base para os dois comitês que estarão presentes na edição deste ano do projeto e também para os estudos dos participantes.

O primeiro guia de estudos foi escrito em Inglês e aborda dois tópicos dentro do Comitê de Segurança das Nações Unidas (CSNU): 1. Conflitos entre Síria e Turquia na província de Idlib; e 2. Interferência estrangeira na Líbia, quebra do embargo de armas. É esperado um total de 18 participantes para compor o debate do comitê.

O segundo guia de estudo foi escrito em Português, abordando dois tópicos a serem debatidos no comitê Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU): 1. Apoio à inclusão social dos refugiados; e 2. Violação dos Direitos Humanos nas relações de trabalho atuais e a exploração do trabalho infantil. Com isso, é esperado que o comitê receba 25 participantes.

Ainda, em 2021 foi realizada uma *livestream* através da plataforma Youtube, onde foi discutido o tema "A Importância da Negociação Internacional e o Papel do Negociador", tendo a Embaixadora Irene Vida Gala como palestrante convidada. Seus resultados podem ser mensurados a partir da audiência fornecida pela própria plataforma, a qual contabilizou 256 visualizações no total.

Por último, os resultados e alcance do blog e da *newsletter* podem ser observados no quadro 1.

Quadro 1: Resultados em números das atividades do projeto em 2021

Blog	4.891 visualizações
Publicações no blog	4 publicações
<i>Newsletter</i>	219 visualizações
<i>Newsletter publicadas</i>	3 publicações

Elaborado pelos autores com base em Wordpress e YouTube.

A partir dos dados citados, espera-se como resultado das ações do projeto a difusão do conhecimento acerca de temáticas da agenda internacional. Além disso, também espera-se o desenvolvimento de habilidades de debate, análise crítica, trabalho em equipe e o desenvolvimento de propostas de resolução de conflitos e problemas globais, ocorrendo através das atividades de debate realizadas aos participantes pelo projeto.

4. CONCLUSÕES

O PelotasMUN, como um projeto de extensão, busca uma maior interação entre a sociedade e a universidade, trazendo a comunidade para debater e aprender em conjunto com os alunos. Para além disso, visa levar o conhecimento, principalmente da agenda global e de tópicos internacionais, para todo o seu público alvo, tornando-os mais fácil e interativo através das sessões de debate. Por fim, o projeto objetiva o desenvolvimento de habilidades nos participantes, tais como: escrita, argumentação, oratória, senso crítico e analítico, negociação, trabalho em equipe e resolução de conflitos.

Com a pandemia, o projeto necessitou passar por diversas modificações, havendo uma grande reinvenção. Tendo suas atividades em maior parte presenciais, a equipe adaptou-as para o modo a distância, levando as reuniões, ações de divulgação, treinamentos e a própria simulação para o sistema online. Desde 2020 foram desenvolvidas também novas atividades, como as *livestreams*, o blog e as mini-simulações, as quais continuam sendo exercidas pelo projeto.

Internamente, a equipe do PelotasMUN deu continuidade ao reforço de sua comunicação interna através de plataformas capazes de estimular a interação e cooperação entre os membros.

Tais atividades foram e continuam capazes de desenvolver o projeto, fazendo com que chegue de forma mais aproximada à sociedade e estimulando a contribuição e proatividade de seus membros e participantes. Os resultados apresentados são a principal forma de mensurar o êxito na execução das mesmas, mostrando os bons resultados da adaptação do projeto ao contexto pandêmico e de distanciamento social. Assim, o objetivo em levar o conhecimento do sistema internacional, da agenda global e da própria ONU à sociedade e aos alunos mostra-se realizado e efetivo.

Dessa forma, observando-se os resultados positivos do projeto ao longo do último ano, é esperada a continuação do PelotasMUN, bem como da utilização e do desenvolvimento do projeto atrelado aos meios digitais, mesmo na volta das atividades presenciais. Pretende-se então alcançar dessa forma cada vez mais um número maior de estudantes de diferentes níveis e regiões, tendo sempre o objetivo de fomentar a cultura de debate saudável, trabalho em grupo e o conhecimento à sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MCINTOSH, D. The Uses and Limits of the Model United Nations in an International Relations Classroom. **International Studies Perspectives**, Local de Edição, v.2, n.3, p. 269-280, 2001.

Nações Unidas Brasil. **ONU convida estudantes a participar de simulação das Nações Unidas em Nova Iorque**. 03 jan. 2019, pg. 1. Online. Acessado em 01 de agosto de 2021. Disponível em: <https://nacoesunidas486780792.wpcomstaging.com/onu-convida-estudantes-a-participar-de-simulacao-das-nacoes-unidas-em-nova-iorque/>

UFPEL. **PelotasMUN**. Pelotas, 2021, pg. 1. Acessado em 01 de agosto de 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/pelotasmun/>.

YOUTUBE. **Pelotasmun**. Pelotas, 2021, pg. 1. Acessado em 01 de agosto de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3AuCLE6>.

COMUNIDADE DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS DO CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL: AÇÕES NA UBS E CRAS BASEADAS NO FEMINISMO LATINO-AMERICANO

MARIA KLARA CHAVES MOTTA DA COSTA¹; KATHARYNE FIGUEIREDO ELESBÃO²; MIRNA DE MARTINO DAS CHAGAS³; RENATA SILVA E SILVA⁴; DIEGO EUGÊNIO ROQUETTE GODOY ALMEIDA⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – mariaklarachvs@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – katharynefe@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – mirmadmartino@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – renatassilva.to@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – diego.godoy@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O Laboratório de Práticas Emancipatórias e Territoriais (LAPET) é um programa pensado por docentes da Terapia Ocupacional (TO) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), atuando nos três pilares universitários: ensino, pesquisa e extensão. Observando a vulnerabilidade do bairro Dunas, território marcado pela precariedade (problemas de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, recolhimento de lixo e habitação), os coordenadores do laboratório se propuseram a criar o Programa de Extensão *Comunidade de Práticas Emancipatórias* (CoPE). Neste ano, 2021, foi possível a inserção de estagiárias no território, além dos alunos extensionistas. Desta forma, houve um trabalho articulado entre ensino e extensão, priorizando as demandas da Unidade Básica de Saúde (UBS) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Teoricamente, as ações foram embasadas nos pressupostos teóricos das Terapias Ocupacionais do Sul e das perspectivas feministas decoloniais. Tal orientação teórico-metodológica justifica-se pela necessidade de se pensar a Terapia Ocupacional em sua vertente crítica, politizando os saberes técnico-profissionais a fim de responder à complexidade dos problemas sociais. Importante dizer que as ações aqui relatadas, tanto no setor da Saúde, quanto da Assistência Social, trazem em comum a centralidade no sofrimento feminino, atravessado pela racialização e opressão de classe. Assim, o objetivo deste trabalho é relatar a construção teórico e prática do projeto estágio-extensão, que contempla ações remotas intersetoriais no CRAS e na UBS, colocando o território como centro e objeto de intervenção.

1.1 Referencial Teórico

Falar de colonialidade é enxergar o lado obscuro da modernidade (MIGNOLO, 2017). A concepção de humanidade consolidada pelo domínio europeu divide o mundo em dois grupos: superior e inferior, primitivo e civilizado, racional e irracional, tradicional e moderno. Com efeito, o continente europeu se impôs como modelo universal do progresso e destino único da racionalidade, enquanto outras populações racializadas são colocadas em um estágio primitivo, de pouco desenvolvimento. (LUGONES, 2008). O colonialismo europeu teve por consequência a colonialidade, que transcende as particularidades deste e não desaparece conforme a descolonização ou a independência do país (QUIJANO, 1997). É o conceito de colonialidade que explica a continuidade de relações coloniais de dominação, baseadas em hierarquias de gênero, raciais, epistêmicas,

culturais e territoriais. (TONIAL, MAHEIRIE, GARCIA Jr., 2017). O processo de colonização permitiu a criação de identidades geoculturais (América, África, Europa), e logo, raciais (índio, africano, mestiço, europeu). Estas classificações foram impostas ao mundo com a expansão do colonialismo, se configurando como um universo novo de relações intersubjetivas de dominação sob a hegemonia eurocentrada. Este novo universo se denominou *modernidade*. (QUIJANO, 2014). Tal classificação exclui mulheres negras e indígenas, visto que se entende as categorias de forma homogênea, havendo sempre um dominante como norma. Quando se fala em *mulheres*, fazem parte da norma as mulheres brancas, heterossexuais e burguesas; o termo *homens* se refere também a brancos, burgueses e heterossexuais. (LUGONES, 2008). Ou seja, o padrão dominante que inaugura a modernidade é patriarcal, heterossexual e racista, e as perspectivas feministas decoloniais surgem como teoria e prática de enfrentamento à essa matriz de opressão pautada no gênero, raça e classe (LUGONES, 2008).

Por fim, utiliza-se o conceito de território trazido por Milton Santos, observando-o como um espaço social, uma realidade relacional que se compõe por objetos naturais, geográficos, juntamente com a sociedade em movimento; o território é um conceito de interligação entre estruturas macro e microssociais (BIANCHI, MALFITANO, 2020).

2. METODOLOGIA

O estágio supervisionado do curso de Terapia Ocupacional da UFPel, devido à pandemia de COVID-19 e às medidas de prevenção adotadas, teve de ser adaptado para o formato virtual. Todas as ações das estagiárias foram realizadas a partir de suas residências, respeitando o isolamento social necessário para prevenir a transmissão do vírus. As ações possíveis de serem realizadas neste formato envolviam a UBS e o CRAS do território. Desta forma, foram realizados:

- Acompanhamento individual de 15 usuárias. Os atendimentos eram semanais, por contato telefônico ou vídeo chamada, voltados para saúde mental das usuárias da UBS, ou atendimentos com foco na proteção social básica para aquelas referenciadas pelo CRAS;
- Um grupo quinzenal de mulheres usuárias do CRAS pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, com duração de 60 minutos. A falta de acesso à internet por parte de algumas usuárias impossibilitou que o grupo acontecesse por videoconferências; logo, todas as atividades propostas e discussões realizadas foram feitas diretamente no grupo no Whatsapp a partir de áudios e mensagens de texto. O grupo contou com a participação de 11 usuárias, uma assistente sociais e as 3 estagiárias do território Dunas, totalizando 6 encontros virtuais durante o semestre;
- Três encontros formativos destinados às trabalhadoras deste mesmo CRAS, de frequência quinzenal, utilizando-se da plataforma virtual meet. O tema eleito pelo serviço foi “acolhimento”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado durante as práticas um elemento que atravessa as diversas mulheres acompanhadas no CRAS e na UBS: o cuidado. Durante o grupo do CRAS e nos acompanhamentos singulares foi possível perceber que as mulheres acompanhadas, mães e donas de casa, cuidam da família e de todas as questões

que a envolvem, ao passo que “esquecem” de cuidar delas mesmas, colocando seus interesses e problemas em segundo plano. Durante as ações do estágio, procurou-se problematizar o que Patrícia Hill Collins chama de imagem de controle, isto é, a força de algumas representações estereótipos que performam a existência de mulheres negras, em especial a imagem da Mammy (cuidadora - continuação da mucama). Durante os acompanhamentos, as estagiárias estimularam o autocuidado, por meio de práticas corporais, do body mapping, além de reforçarem estratégias para fortalecimento da rede social de suporte. Ao longo dos atendimentos singulares, as mulheres de ambos os serviços trouxeram histórias de violências pelas quais passaram e ainda passam, inclusive situações não reconhecidas como violência, como agressão verbal e abandono. Além disso, traições por parte de seus parceiros, que acarretaram em infecções sexualmente transmissíveis (IST), principalmente a sífilis. Observando essa demanda recorrente, surgiu a ideia da produção de vídeos educativos, que trouxessem informações sobre o tema, locais/profissionais a serem procurados e a importância de buscar ajuda. O vídeo sobre sífilis já foi produzido pela bolsista de extensão e está no canal do YouTube do LAPET. Outra demanda alarmante que será abordada em um próximo vídeo é a violência doméstica, que também foi observada durante os atendimentos.

Por ser um território marcado pelo descaso do Estado, muitas moradoras do bairro Dunas encontram-se desempregadas ou em trabalhos informais, o que gera uma situação de insegurança alimentar dentro das famílias. Nesse sentido, para o próximo semestre, o LAPET pretende articular parceiros para criação de uma horta comunitária. “Usufruir de segurança alimentar e nutricional é uma condição básica e indispensável para podermos vivenciar a liberdade e o pleno desenvolvimento de nossas capacidades” (SILIPRANDI, 2012, p.144). Além disso, espaços comunitários também podem mobilizar formas de sociabilidade solidárias e de enfrentamento de questões socioterritoriais.

Além das ações realizadas, o projeto produziu inovação metodológica. Sob inspiração da cosmovisão indígena trabalhado por Eduardo Viveiros de Castro e do feminismo latino-americano, propôs-se as Atividades de Tradução Cultural (ATC) como método de intervenção e pesquisa, capaz de levar em conta os problemas éticos e políticos inerentes à zona de contato entre culturas, espaço relacional no qual as atividades enfatizam as assimetrias entre linguagens, perspectivas e hierarquias de poder (ALMEIDA et al., 2021). O método permitiu enxergar como as mulheres (estagiárias e usuárias) utilizavam-se da bagagem pessoal como instrumento de interpretação e ação, racionalidades que não se reduziam ao saber científico. Além disso, acionou formas de experimentação e novas formas de pensar e agir, mesmo que não levassem imediatamente à superação de contradições.

Ademais, o laboratório deseja realizar seu primeiro fórum da comunidade de práticas. A ideia é trazer temas comuns aos setores nos quais o LAPET já está inserido (UBS, CRAS, escolas) para que se possa criar novas estratégias de cuidado que respondam às demandas da população, propondo sempre a reflexão sobre o trabalho, para que se possa produzir práticas cada vez mais emancipatórias.

4. CONCLUSÕES

Guajardo (2016), nos convoca para uma *Terapia Ocupacional Outra*, que promova a democracia e outras formas de relações, produzindo novas formas de

vida; que vise o bem comum. Uma Terapia Ocupacional Outra que nos exige assumir uma posição crítica e decolonial, que dialogue constantemente com a América Latina, independentemente do âmbito no qual a prática profissional está inserida, reconhecendo que a neutralidade é impossível em uma profissão que estuda e trabalha com a atividade humana. (GUAJARDO, 2016). O contato com a história das mulheres permitiu refinar e elaborar as ferramentas de intervenção e pensamento capazes de responder às demandas dos serviços. Destaca-se a potência dos vídeos educativos e os podcasts curtos produzidos para serem amplamente divulgados entre usuários, trabalhadores e comunidade em geral, bem como a instrumentalização das Agentes Comunitárias em um momento em que a crise sanitária acaba por ocultar outras necessidades sociais e em saúde. Alguns desafios foram sendo observados durante o processo, como o contato com as equipes da UBS, visto que o estágio aconteceu no formato remoto; a falta de articulação entre os setores, neste caso, UBS e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), para que o cuidado possa ser realizado em rede.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. E. R. G.; BENAVENTANA, G. S.; JESKE, V.; CORDEIRO, L. A tradução como paradigma ético e método em pesquisa participante no contexto da pandemia de covid-19. **I CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE METODOLOGIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS ATUAIS** (Qualis2021). 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **The black feminist thought**. London, Routledge, 2000.

GUAJARDO, A. C. Lecturas y relatos históricos de la Terapia Ocupacional en Suramérica. Una perspectiva de reflexión crítica. **Revista Ocupación Humana**. v. 16, n. 2, p. 110-117, 2016.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Revista Tabula Rasa**. Bogotá, n.9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MIGNOLO, W. D. COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 32, n. 94, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y Horizontes**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p.285-327.

SILIPRANDI, E. A alimentação como um tema político das mulheres. **Revista de Ciências Humanas e Artes - Ariús**. Campina Grande, v. 18, n.1, p. 143-158, jan./jun. 2012.

TONIAL, F. A. L., MAHEIRIE, K., GARCIA JR. C. A. S. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da UNESP**. v. 16, n. 1, 2017.

SISTEMA PRISIONAL, FAMÍLIA E VÍNCULOS COMUNITÁRIOS – BUSCANDO CAMINHOS DE ACOLHIMENTO E RESPEITO

RAFAELA JORDÃO¹; ANA CAROLINA NICOLODI PAES BARRETO²; FABIANA CRISTINA ZACARIAS GOMES LEOPOLDINO³; GABRIELA BIANCHINI⁴; JULIA RIBEIRO PASCHOAL⁵; CAMILLA MARCONDES MASSARO⁶

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) – rafaa_jordao@hotmail.com

² Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) – anacarol.nicolodi@gmail.com

³ Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) – fabianacgomes@hotmail.com

⁴ Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) – gabrielabianchini92@gmail.com

⁵ Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) – julia.paschoal.9@gmail.com

⁶ Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) – camilla.massaro@puc-campinas.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O projeto de Extensão Universitária, descrito brevemente por esse resumo está em processo de desenvolvimento desde o mês de março até o mês de dezembro de 2021. Este, denominado “Projeto Vínculos”, é orientado pela professora Camilla Marcondes Massaro, docente da universidade, e conta com a colaboração de vinte estudantes de seis cursos distintos, sendo eles Ciências Sociais, Direito, Pedagogia, Psicologia, Relações Públicas e Serviço Social. Todas/os as/os alunas/os pertencem a cursos de graduação oferecidos pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Ressalta-se que as autoras desse resumo pertencem aos cursos de Direito e Serviço Social, portanto, serão mais evidenciadas as atividades desenvolvidas por esses cursos na Extensão Universitária, tanto separadamente como também as atividades em comum.

Nesse sentido, o projeto, assim como este trabalho, tem sido pensado em uma perspectiva interdisciplinar, a partir da qual cada área do conhecimento pode representar um olhar diferente para a realidade vivida, contribuindo para uma melhor compreensão e, assim, melhor resultado das nossas ações e reflexões.

Cada um dos cursos envolvidos é responsável por realizar atividades específicas, porém todas com o mesmo objetivo final, o qual consiste em, de forma geral, desenvolver atividades de extensão visando a reflexão, o diálogo, a construção coletiva e o compartilhamento de experiências e conhecimentos sobre direitos humanos. Através da empatia, do acolhimento e do respeito, pretende-se contribuir para melhorar a sociabilidade das famílias de pessoas presas pertencentes ao território de atuação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Jardim Novo Ângulo em Hortolândia/SP, parceiro no desenvolvimento do projeto.

As alunas dos cursos de Direito e Serviço Social possuem as seguintes funções: a produção de materiais didáticos-instrucionais e informativos para ampla divulgação – relativos à esfera do Direito, Serviços Sociais, Sistema Prisional e Família – podendo ser cartilhas, folhetos, vídeos, entre outros; além da realização de diálogos com as famílias, que visam o acolhimento e o auxílio sobre dúvidas básicas acerca de normas, prazos e processos. As duas áreas se cruzam e se complementam diante das demandas trazidas pelas famílias, pois ambas trabalham na perspectiva da garantia dos direitos dos sujeitos-cidadãos, pretendendo o Direito fornecer a compreensão das regulamentações legais e o Serviço Social apresentar os mecanismos para acessá-los. Dessa forma, é possível que os materiais desenvolvidos por cada área sejam complementares ou, até mesmo, realizados de forma conjunta.

O processo de Encarceramento em Massa no Brasil, relacionado às condições desumanas encontradas nas penitenciárias brasileiras, mostra-nos quão necessários

se tornam projetos como o que se está desenvolvendo, sendo estes alguns dos motivos que impulsionaram o grupo a realizá-lo.

O Brasil é o terceiro país que mais encarcera no mundo, e o faz violando os direitos humanos básicos. Segundo dados do Infopen (junho/2019), no período de julho a dezembro, a população detida em prisões correspondia a 755.274 pessoas¹; em contraste, havia apenas 442.349 vagas, ocasionando um déficit de 312.925, o que evidencia as circunstâncias de superlotação, que acabam dificultando as condições de salubridade e gerando as consequentes violações de direitos humanos. A partir da mesma referência, pode-se constatar que 66,69% da população aprisionada é negra ou parda e que 44,79% está na faixa etária entre 18 a 29 anos (jovem). Outrossim, analisando e comparando os dados do IBGE (2015) com os do Infopen (junho/2019), ao passo que a população prisional cresceu 12,28%, a total do país aumentou apenas 0,83%; analisando o IBGE 2019, observa-se que os brasileiros crescem 0,79% e os encarcerados 1,49% – apesar da redução do crescimento da população prisional, de 2015 para 2019, a taxa, se comparada à de crescimento da população brasileira, nos mesmos anos, se faz maior em ambos.

A negação da segurança alimentar, do saneamento básico, da dignidade e respeito à individualidade em decorrência da superlotação das unidades prisionais, além do não desenvolvimento de atividades que promovam o acesso à educação de qualidade e de condições de trabalho e renda, em conformidade com as necessidades sociais, são a concretização das violações de direitos das pessoas privadas de liberdade.

Angela Davis (2018) afirma que o fenômeno de superencarceramento está ligado ao desenvolvimento do neoliberalismo em âmbito global, visto que as instituições do Sistema de Justiça Criminal compõem o conjunto daquelas que proporcionam o fortalecimento do ciclo do Capital. Borges (2019) apresenta a teoria de que o desenvolvimento do capitalismo, do Direito e da Justiça Criminal no Brasil consolida a Ideologia Racista no país, visto que antes e depois abolição institucional da escravização, a população negra é majoritária nos índices que evidenciam situações de vulnerabilidade e risco social. É dentro do contexto de consolidação de um Estado racista que a autora irá afirmar que não é por acaso que o encarceramento em massa atinge uma parcela específica da população: pessoas negras, periféricas e jovens.

O Sistema Prisional cresceu 224,5% de 2000 até 2019 (Infopen, junho/2019) entretanto, a população brasileira não desfruta de uma maior segurança nesses últimos anos, visto que não houve um fortalecimento das políticas públicas, tampouco a redução do índice de criminalidade. Ou seja, evidencia-se que o encarceramento da população brasileira não significou uma melhora das condições sociais no país.

Em contraponto, o encarceramento em massa leva à fragilização dos vínculos familiares – dadas as condições de contato com o aprisionado, e ocasiona na privação de direitos das famílias dos privados de liberdade – em consequência do aumento da vulnerabilidade e risco social, sobretudo quando se depende do membro familiar que está preso.

Lago (2020), apresenta argumentos sustentando a tese de que, durante a pandemia da COVID-19, iniciada em 2020, as circunstâncias de violação de direitos tanto dos presos, quanto das famílias, se agrava, visto que a negligência do Estado se fez marcante quanto à prevenção da doença nas unidades prisionais, à complicação do acesso aos meios de contato (impedimento de visitas e contato

¹ Este número corresponde ao total de presos em unidades prisionais, 748.000, somado aos 7.265 detidos em outras prisões.

remoto), à não permissão da soltura de presos provisórios, somada à omissão ou atraso da informação sobre os óbitos dos detidos para seus núcleos familiares.

Com isso, a punição e a privação, que tem suas consequências criticadas nesse resumo (violação de direitos humanos), mas que, sobretudo, deveriam atingir somente a pessoa do condenado – como infere o artigo art. 5º, XLV, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) –, são estendidas aos familiares. É dentro dessa perspectiva que o Projeto Vínculos objetiva intervir, buscando trabalhar com esses familiares, acolhendo-os e levando informações relevantes, para evitar violações de direitos e contribuir para um maior acesso a estes.

2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para execução do Projeto são: reuniões formativas com as/os alunas/os participantes para leitura e discussão de materiais relacionados ao projeto; oficinas formativas com a equipe técnica do CRAS; e a produção e sistematização de materiais didáticos-instrucionais.

Com a permanência da pandemia da Covid-19 no ano de 2021, o grupo precisou se reorganizar para realizar as atividades propostas pelo projeto de maneira virtual, adaptando-as. Nesse sentido, o foco maior das atividades se deu na comunicação com o público-alvo através de vídeos produzidos e divulgados, em que são obtidos *feedback* dos atendidos, além de acolhimentos individuais realizados virtualmente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos produtos e resultados mensuráveis obtidos até o momento, coloca-se: 1) a produção de materiais didáticos-instrucionais e informativos, que se materializaram, especificamente, em vídeos semanais produzidos pelas/os alunas/os dos cursos de Direito, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, os quais abordaram temas relevantes, relacionados com cada área. A título de exemplo, o Serviço Social e o Direito já produziram vídeos elucidando sobre alguns órgãos da Assistência Social e da área Sociojurídica; também referente aos direitos fundamentais dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa; e sobre as informações básicas para acesso ao auxílio-reclusão. Junto aos vídeos produzidos por outros cursos, estes são disponibilizados em um grupo de *Whatsapp*, do qual fazem parte as mulheres com familiares presos referenciadas ao CRAS Novo Ângulo, e, também, na página do *Youtube* do Projeto Vínculos.

2) A criação de páginas do projeto em redes sociais, Instagram e Facebook, as quais são atualizadas semanalmente, em que se publicam os vídeos produzidos, notícias e indicações de livros, filmes e séries, relacionadas ao Sistema de Justiça Criminal Brasileiro. Tais redes são administradas pelas alunas e aluno do curso de Relações Públicas.

3) Realização de acolhimento individualizado das mulheres com familiares presos referenciadas ao CRAS Novo Ângulo, as quais demandam um diálogo que não tem caráter técnico-profissional, mas que objetivam acolhê-las e orientá-las jurídica e socialmente.

4. CONCLUSÕES

O Projeto em questão ainda se encontra em processo de desenvolvimento pelas/os extensionistas, porém, desde já, é notável que este tem contribuído positivamente tanto para a formação das/dos alunas/os quanto em relação ao acolhimento das famílias de pessoas presas e no compartilhamento de informações relevantes para estas. Nesse sentido, o acolhimento e a informação trazem um caráter inovador ao Projeto.

A interdisciplinaridade tem se mostrado como uma característica muito positiva do Projeto, na medida em que há várias áreas do conhecimento que podem contribuir para uma melhor apreensão da realidade e do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro, possibilitando assim uma intervenção mais completa e coletiva.

Além disso, outra contribuição que é percebida refere-se ao alcance dos conteúdos produzidos e socializados com a comunidade que acessa as redes sociais, pois é notável que a crítica que embasa a necessidade do Projeto Vínculos atinge um número mais expressivo de pessoas que podem contribuir com essa luta, no sentido de fortalecer o processo de garantias dos direitos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA IBGE. IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2015. 28 ago. 2015. **Agência Notícia**. Acesso em 28 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://bit.ly/3lbGVvZ>.

AGÊNCIA IBGE. IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2019. 28 ago. 2019. **Agência Notícia**. Acesso em 28 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://bit.ly/3rFGJGA>.

BORGES, J. Brasil: Ideologia Racista e Sistema de Justiça Criminal. In: CARNEIRO, S. Coleção Feminismos Plurais. **Encarceramento em Massa no Brasil**. São Paulo: Pólen, 2019. Cap.2, p.52-89.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília, 1990.

DAVIS, A. O complexo industrial-prisional. **Estarão as prisões obsoletas?**. Rio de Janeiro: Diefel, 2018.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen)**. Informações Gerais, p. 6; 8; 9; 10, junho/2019. Acessado em 26 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://bit.ly/3x8eG3D>.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen)**. Mulheres e Grupos Específicos, p. 4, junho/2019. Acessado em 26 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://bit.ly/2TLUTcQ>.

LAGO, N. Na 'Linha de Frente': Atuação Política e solidariedade entre 'familiares de presos' em meio à Covid-19. In: **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, seção excepcional Reflexões na Pandemia, p.1-19, 2020. Acesso em 24 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://bit.ly/3fe6lzV>.

PROJETO Vínculos. **Página Inicial**. Youtube: Projeto Vínculos. Acesso em 21 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://bit.ly/3C8Ewsa>.

PROJETO Vínculos. **Página Inicial**. Instagram: proj.vinculos. Acesso em 21 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://bit.ly/3jbikVI>.

PROJETO Vínculos. **Página Inicial**. Facebook: Projeto Vínculos. Acesso em 21 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://bit.ly/3j4YWtd>.

PACIFICAR: OS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS COMO INSTRUMENTOS DE ACESSO À JUSTIÇA E INCLUSÃO SOCIAL.

SARA SILVEIRA¹; DARCÍLIA LOPES²; CAMILA BERNARDINO³, PAULA VIEIRA⁴

¹*Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – sarasilveirasss@gmail.com*

²*Fundação Presidente Antônio Carlos de Ubá – darcilia-lobes@hotmail.com*

³*Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – camila.bernardino@ifsudestemg.edu.br*

⁴*Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais- paula.vsilva@ifsudestemg.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

Os métodos autocompositivos são pautados pela comunicação. Até mesmo na conciliação, que é um método no qual há a presença de um terceiro mais ativo (o conciliador extrajudicial), as partes têm a prerrogativa de dialogarem entre si na busca de possíveis resoluções. Desse modo, os métodos consensuais de solução de conflitos baseiam-se na proposta de um terceiro facilitador da comunicação entre os lados, de modo a não proferir nenhuma decisão vinculativa no conflito (QUEVEDO, 2018).

A arbitragem, por seu turno, é um método heterocompositivo. No entanto, pode ser considerado um método adequado de resolução de conflito por via extrajudicial e voltado para a cultura da paz, haja vista ser um método escolhido pelas partes. Neste caso, a decisão é proferida por um terceiro, mas sem a participação do judiciário.

Desse modo, importa destacar a grande relevância dos métodos autocompositivos tanto para a sociedade e partes, como para o Poder Judiciário. Em relação à sociedade, conferem maior celeridade e, com isso, aumento da eficácia na resolução de seus conflitos e melhora no acesso à justiça. No que tange ao Poder Judiciário, destacam-se a desjudicialização e a redução no quantitativo de processos. Para as partes, destaca-se a satisfação na solução dos conflitos, bem como o sentimento de inclusão social, tendo em vista que foram assistidas de forma igualitária pela justiça .

Neste contexto, o presente trabalho possui o escopo de apresentar resultados de um projeto de extensão intitulado “PACIFICAR: os métodos adequados de solução de conflitos, enquanto via adequada para a pacificação social, à luz dos Direitos Humanos e da Dignidade da Pessoa Humana”, realizado com estudantes do curso de Direito do IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba, cujos objetivos foram a aplicação dos métodos autocompositivos de solução de

conflitos no setor pré-processual da comarca, a fim de diminuir os processos litigiosos e incentivar a cultura da paz e do diálogo na comunidade local, bem como a criação de uma rede social com vistas à divulgação e esclarecimento à população acerca da mediação, conciliação e negociação, com vistas a fomentar tais práticas.

2. METODOLOGIA

O projeto contou com a participação de 12 alunos do curso de Bacharelado em Direito, 1 do Técnico em Serviços Jurídicos, 5 docentes e 1 colaborador externo, tendo início em 19 de novembro de 2020 e término em 26 de fevereiro do ano seguinte. A fim de capacitar os estudantes para a realização das audiências, foi oferecido, por um colaborador externo à instituição e a coordenação do projeto, um curso de 40 horas sobre métodos adequados de solução de conflitos, intitulado “Treinamento em Métodos Adequados de Solução de Conflitos”.

Após a capacitação, os estudantes iniciaram as atividades que consistiam na realização de audiências de mediação e conciliação, nas quais recebiam as partes e avaliavam o caso. Posteriormente, eram realizadas as reuniões com as partes, utilizando-se das técnicas pertinentes aos métodos autocompositivos sempre focando a estabelecer um *rapport*, ou seja, um cenário de acolhimento e confiança entre as partes.

Com vistas a ampliar a abrangência do projeto, levando informação e fomentando a utilização dos métodos adequados de solução de conflitos junto à comunidade, foi criado um perfil nas redes sociais que contou com diferentes postagens informativas sobre a temática; referido perfil foi criado no *Instagram* com o nome @pac.if.car.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos resultados, cumpre, inicialmente, esclarecer que, em razão da pandemia e da necessidade de distanciamento social, houve uma significativa limitação no número de atendimentos presenciais. Todavia, ainda assim o projeto conseguiu atingir significativos resultados, seja na realização das audiências ou nas ações de conscientização.

O quadro 1 apresenta o número de atendimentos realizados, bem como a resolução obtida.

Quadro 1 - Relação de atendimentos no projeto.

Quantidade (nº)	Atendimento	Resolução
3	Pré Processual.	Mediação entre as partes, via telefone.
2	Juizado Especial.	Elaboração de atermação inicial.
1	Audiência.	Acordo parcial.
1	Audiência.	Acordo total.
3	Audiências.	Partes se ausentaram.
2	Audiências.	Parte requerida ausente.
	Total	13 atendimentos

Fonte: TJMG/Fórum Nelson Hungria.

Verifica-se que, do total de treze atendimentos, em cinco houve ausência de partes e dois foram referentes à elaboração de atermação inicial. Assim, em seis deles houve o atendimento com aplicação dos métodos adequados de solução de conflitos.

O quadro 2 abaixo traz os resultados referentes às ações de informação e conscientização do projeto em comento.

Quadro 2- Resultados obtidos pelo *Instagram*.

Nome da Publicação	Curtidas	Comentários
Informações sobre o Projeto Pacificar	16	2
Tirinha reflexiva	14	0
Métodos Adequados de Solução de Conflitos - conceitos e características	61	8
Você conhece as diferenças entre	22	0

mediação, conciliação e negociação?		
Total	113	10

Fonte: O autor

4. CONCLUSÕES

É indiscutível que o Brasil enfrenta o problema da sobrecarga do sistema Judiciário. De acordo com o relatório emitido pela Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (2019), a média de tempo que um processo costuma levar para tramitar na Justiça Federal é de oito anos. Nesse sentido, os métodos adequados de solução de conflitos são uma proposta para ajudar o Judiciário a tramitar com celeridade e eficácia de modo a evitar que as partes esperem tanto tempo para solucionar o conflito.

Segundo Tartuce (2016, p. 236), “pela escuta ativa, o mediador não só ouve, mas considera atentamente as palavras ditas e as mensagens não expressas verbalmente (mas reveladas pelo comportamento de quem se comunica)”. Nesse cenário, o enfoque do diálogo exposto nos métodos adequados de solução de conflitos evoca aprendizados individuais para cada uma das partes, e, assim, incentiva habilidades essenciais não apenas para prevenir a cultura do litígio, mas também para realizar manutenção nas relações interpessoais em sociedade.

Diante do exposto, têm-se a ideia de que por meio da conciliação e mediação, há um aprendizado que transcende a literalidade da lei. Esse ensinamento é pautado no conhecimento e aprendizagem sobre as condutas humanas, de modo a desenvolver habilidades finas entre os agentes, tais como: a escuta ativa, a empatia, flexibilidade e a compreensão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

QUEVEDO, Thais Pacheco. **Mediação como método adequado de solução de conflitos e instrumento de acesso à justiça**. 2018.

Justiça em Números. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em 27 jul. 2021.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito civil**. Grupo Gen-Editora Forense, 2016.

O PAPEL DO PROJETO DE EXTENSÃO “O DIREITO DE OLHO NO SOCIAL” DA UFPEL NO ÂMBITO DO DIREITO À MORADIA E A DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA CIDADE DE PELOTAS

SÍRIA FERREIRA DOS SANTOS¹;
KARINNE EMANOELA GOETTEMS SANTOS²

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – siriaferreira.s@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas – karinne.adv@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O direito à moradia no Brasil é uma matéria de cunho constitucional, visto que a Emenda à Constituição nº 26/2000 incluiu a moradia no rol dos direitos fundamentais. Ocorre que diversos são os aspectos que devem ser levados em consideração no que tange ao direito à moradia, dentro os quais está a temática da regularização fundiária, necessária para a promoção efetiva de tal direito, visto que parte significativa da população possui um teto mas não a segurança da posse ou propriedade, permanecendo em situação legalmente irregular.

Para De Melo, o principal propósito do direito à moradia é a garantia de respeito e dignidade ao morador, pois “essa somente é alcançada com uma moradia adequada, garantia da propriedade ou ao menos a segurança jurídica da posse.” (DE MELO, 2010). Nesse contexto, a regularização fundiária é de suma importância e está prevista no artigo 9 da Lei 13.465/2017, sendo descrita como um processo que deve atender às medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, para que seja garantido o direito social à moradia.

O projeto de extensão “O DIREITO DE OLHO NO SOCIAL”, que é resultado de uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPEL (PPGD/UFPEL) e o Serviço de Assistência Jurídica (SAJ), tem como principal objetivo informar a população acerca de seus direitos fundamentais, bem como viabilizar o acesso à justiça.

Diante do exposto, o projeto mencionado vem desenvolvendo um plano que tem por objetivo fazer um levantamento das áreas irregulares da cidade de Pelotas/RS e dar amparo jurídico ao processo de regularização fundiária das mesmas, estreitando laços com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL para um trabalho conjunto.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho é demonstrado por meio da exposição das ações já desenvolvidas pelo projeto até o presente momento, no aspecto qualitativo, desde maio de 2021, com amparo em revisão bibliográfica, para, passo seguinte, expor as ações idealizadas para dar prosseguimento à efetivação da Regularização Fundiária no Município de Pelotas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, é importante destacar que, com a suspensão das atividades acadêmicas em razão da pandemia Covid-19, o projeto “O Direito de Olho no Social” mantém suas atividades de forma online através de eventos de fácil acesso pela população divulgados nas redes sociais do projeto.

Assim, o projeto desenvolveu suas atividades desde o início da pandemia por meio de encontros e palestras, sendo que, com relação ao direito à moradia, buscou aproximações com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL (FAURB). A partir disso, por meio de ações conjuntas e buscando possíveis interfaces entre direito e arquitetura/urbanismo, foram organizadas palestras realizadas virtualmente através do canal do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPEL na plataforma YouTube. Os eventos foram amplamente divulgados e o link de acesso das salas virtuais foi compartilhado com as escolas municipais e estaduais da cidade.

A primeira palestra, de caráter mais introdutório, tratou das Interfaces entre o Direito e a Arquitetura e Urbanismo no acesso à moradia e à cidade. A segunda, por sua vez, tratou especificamente da Regularização fundiária como medida para garantir o direito à moradia adequada.

De acordo com os trabalhos realizados pelos integrantes da FAURB e apresentados ao projeto, é necessário que seja realizado um registro da situação geral da moradia em Pelotas, para que seja possível mapear quais as áreas estão em situação de irregularidade em Pelotas, a fim de que, tão logo as atividades presenciais voltem a ocorrer, as unidades possam trabalhar conjuntamente em prol da regularização da moradia da população mais vulnerável.

O andamento do plano de integração na regularização fundiária local terá resultados práticos com o advento do retorno das atividades presenciais da Universidade.

4. CONCLUSÕES

As atividades do projeto O Direito de Olho no Social, muito embora tenha arrefecido em razão da pandemia, foram adaptadas ao meio virtual, a fim de que as ações possam ser executadas no retorno das atividades presenciais.

No âmbito da moradia, percebe-se a necessidade de ações conjuntas e multidisciplinares que podem ser executadas por meio de parceria entre a Faculdade de Direito e FAURB, a fim de atender a população mais vulnerável.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei n. 13.465 de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a Regularização Fundiária rural e urbana. Acessado em 04 ago. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm#art109.

CASTANHEIRO, I.C. Regularização Fundiária Urbana: Fundamentos, aspectos práticos e propostas. In: NALINI, J.R.; LEVI, W. **Regularização Fundiária**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. Cap.6, p. 107– 126.

Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

DE MELO, M.A.S. O Direito à Moradia e o Papel do Registro de Imóveis na Regularização Fundiária. **Revista dos Tribunais Online**, São Paulo, v.69, n.1, p. 9-80, 2010.

PASSARELLI, L.L. RETIFICAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E AS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS). **Revista dos Tribunais Online**, São Paulo, v.6, n.1, p.657-700, 2011.

SARLET, I.W. O Direito Fundamental à Moradia na Consituição: Algumas Anotações a Respeito de seu Contexto, Conteúdo e Possível Eficácia. **Revista dos Tribunais Online**, São Paulo, v.46, n.1, p.193-244, 2003.

DO ENSINO À PRÁTICA JURÍDICA DA EXECUÇÃO PENAL: UMA PROPOSTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS PRESAS

VIVIAN DINIZ DE CARVALHO¹; RAFAELA BELTRAMI MOREIRA²; MARIANA DANTAS DE OLIVEIRA SILVA³; BRUNO ROTTA ALMEIDA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – carvalhovivian99@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – rafaela.bmoreira@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – dantasmDOS@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Há mais de cinquenta anos, Darcy Ribeiro (1969) chamava atenção para o fortalecimento da “Universidade Necessária”, que contivesse o incremento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma que contribuísse com o desenvolvimento democrático do Brasil e formação de profissionais de excelência técnica e consciência social.

No sentido do fomento de uma formação crítica e transformadora, a Clínica Jurídico-Penitenciária surgiu com uma perspectiva do fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão, e destina-se ao atendimento de pessoas em privação de liberdade aliada à complementação do ensino e da aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, como também de participantes externos (voluntários e profissionais) cadastrados no projeto de extensão, no âmbito das disciplinas Direito de Execução Penal (Faculdade de Direito) e Política, Penalidade e Exclusão Social (Programa de Pós-Graduação em Direito). Em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, visa-se o aprofundamento dos conhecimentos na área da execução penal, mediante a realização de atividades de acompanhamento processual, elaboração de petições, reuniões sobre temas relacionados à execução penal, e demais ações necessárias ao desenvolvimento da prática forense, como audiências e reuniões acerca dos processos de execução criminal que tramitam na região sul. Aliado às atividades de extensão, são realizadas ações de ensino e pesquisa, por meio de iniciação científica, grupo de estudos, seminários e debates, os quais têm como tema as questões atuais sobre prisões e execução de pena.

O projeto tem por metas a realização de assessoria jurídica em favor de pessoas privadas da liberdade; o incremento do acesso à justiça no âmbito do sistema prisional em benefício das pessoas presas e em situação de vulnerabilidade; o desempenho de ações sociais para a construção de uma concepção crítica das ciências criminais, notadamente a execução penal; o fomento do pensamento crítico na luta em defesa dos direitos humanos em ambientes prisionais; a realização de atividades acadêmicas (Congressos, Debates, Oficinas, Cursos e Palestras) voltadas à capacitação e formação de agentes qualificados e envolvidos com o compromisso social e os direitos humanos em ambientes prisionais; a conciliação da extensão com o ensino e a pesquisa, na tentativa de aprimorar a produção do conhecimento ao permitir a interação de diversos atores (estudantes de graduação e pós-graduação, voluntários, advogados e outros profissionais, defensores públicos, público-alvo, e sociedade);

a realização de grupos de estudos e outras atividades de ensino sobre execução penal e direitos humanos, a fim de aprimorar as ações no âmbito do projeto de extensão; a produção científico-acadêmica, como livros, artigos, resumos e relatórios sobre os resultados do projeto.

A relevância do projeto concentra-se no cumprimento da função social das Instituições de Ensino Superior, na medida em que a academia devolve à sociedade o investimento público em forma de serviços socialmente referenciados e com tratamento humanizado das pessoas em privação de liberdade. Nesse contexto, a educação configura essencial mecanismo de integração social para a efetivação da cidadania e materialização dos direitos humanos, gerando um despertar para seu papel social (GORCZEVSKI 2010, p. 40)

Há também a preocupação de fazer com que, nas atividades, as e os extensionistas possam conviver com o público-alvo de forma horizontal e que seja possível, assim, oportunizar a escuta destas pessoas que costumeiramente são silenciadas pelo sistema penal, entretanto, tem muito a contribuir, sobretudo oferecendo sua visão “de dentro”. Dessa forma, através do diálogo na atividade extensionista, construir conhecimento alinhado com o saber popular e com relevância social.

2. METODOLOGIA

O projeto é desenvolvido por intermédio dos estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da UFPEl, em colaboração com Defensores Públicos da cidade de Pelotas e região e com a orientação dos docentes das disciplinas mencionadas, bem como voluntários interessados. Destarte, o método é uma fusão, posto que alia a teoria e a prática, havendo discussões periódicas dos trabalhos produzidos e acompanhamento dos processos referentes à execução penal, com o firme propósito de capacitar criticamente os estudantes, a fim de florescer o seu potencial de garantidores de direitos e de reformadores do cenário social, assim como garantir às pessoas privadas de liberdade da região um adequado atendimento jurídico-penitenciário.

Os encontros entre os estudantes, Defensores Públicos e professores no momento são virtuais (diante das medidas de distanciamento social) e realizados quinzenalmente. As reuniões ocorrem de forma intercalada aos encontros da disciplina de Execução Penal, oportunidade em que são abordados os conteúdos teóricos aplicados na Clínica. Em um momento posterior, com a retomada das atividades presenciais, serão também realizadas visitas às instituições penitenciárias, com atendimento jurídico aos detentos e práticas de educação em direitos.

Infere-se, dessa forma, que o escopo principal do exercício da extensão é uma atuação mais ativa e dinâmica junto às pessoas em privação de liberdade e à sociedade, com forte inserção da atividade extensionista no currículo acadêmico. Enfatiza-se que a performance não se restringe aos muros da Faculdade de Direito, mas também adentra nos ambientes das prisões, inclusive com atividades que fomentem o acesso à justiça e o conhecimento de direitos, como o oferecimento de oficinas e palestras no interior das casas prisionais, as quais são divulgadas nas redes sociais do projeto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto oportuniza à comunidade acadêmica aproximação com a realidade das pessoas privadas de liberdade, conhecendo as condições do cárcere, com a possibilidade de promover interdisciplinaridade e interação da teoria com a prática de execução penal, através do acompanhamento de processos de execução criminal e de atendimento a esse público. O estudante é confrontado com a nítida desigualdade e vulnerabilidade social que o permeiam, que o embasam e solidificam sua estrutura (ALMEIDA; MASSAÚ, 2017). A realização de outras atividades, além da prática jurídica, como o ensino e a pesquisa, potencializa o conhecimento sobre o direito de execução penal, a penalidade e a exclusão social.

A principal contribuição aos estudantes de graduação e pós-graduação, bem como aos voluntários e profissionais participantes o projeto de extensão, é a autonomia a eles conferida para empregarem suas ações e canalizarem seus conhecimentos para uma atividade jurídica de cunho social, reflexiva, crítica e transformadora da realidade mediante a convergência entre academia, cárcere e Defensoria Pública. A comunidade em situação de vulnerabilidade será beneficiada com a consolidação do projeto e especialmente pela cooperação entre a Universidade Federal de Pelotas e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, em razão da defesa da cidadania e os direitos das pessoas privadas de liberdade.

O projeto permite que o exercício da cidadania não se limite à representação judicial, proporcionando ao cidadão, através das atividades de interação, debate e assessoria jurídica, a liberdade de conhecer os seus direitos e deveres para então exigí-los de forma justa e igualitária, especialmente por meio do acesso à justiça das pessoas que já se encontram estigmatizadas pelo encarceramento. Outro motivo relevante para a criação da cooperação entre a Instituição de Ensino e o Órgão de Execução Penal recai sobre a ausência de um projeto semelhante na região. O treinamento técnico-científico na área da execução penal, aliado ao ensino e à pesquisa, proporcionará uma potente interação entre as instituições envolvidas, de modo que esta proposta possui alto impacto social.

Como resultados esperados, pretende-se: dar continuidade às ações de extensão desenvolvidas pelo projeto; proporcionar uma formação mais integral dos estudantes de graduação e pós-graduação, voluntários e profissionais, por meio do acompanhamento processual de casos práticos sobre execução penal; a articulação entre ensino, pesquisa e extensão por meio de uma ação plena e consolidada sobre execução penal e direitos humanos e em parceria com a Defensoria Pública; a transferência de conhecimento através da proposição de políticas públicas, produção do conhecimento e geração de novas pesquisas; a potencialização e o aproveitamento da extensão como atividade acadêmica curricular, contribuindo para o ensino e a aprendizagem das disciplinas envolvidas; a plena e satisfatória realização da cooperação e assessoria jurídica em parceria com a DPE-RS, e em favor das pessoas privadas da liberdade; o acesso à justiça no âmbito do sistema prisional a pessoas em situação de vulnerabilidade; a realização de ações sociais sobre o tema, como Congressos, Debates, Oficinas, Cursos e Palestras, com a participação de estudantes, docentes, voluntários, profissionais e defensores; a formação de agentes qualificados e envolvidos com o compromisso social e os direitos humanos em ambientes de privação de liberdade.

4. CONCLUSÕES

As atividades desenvolvidas na Clínica Jurídico-Penitenciária proporcionam, portanto, benefícios em mão dupla, tanto para a comunidade acadêmica, quanto

para a comunidade externa (repercutindo nas pessoas diretamente assistidas e na sociedade em geral). O ambiente prisional brasileiro vem se apresentando como espaço de não-direito, cuja praxe tem resultado na violação do direito à vida de inúmeras pessoas encarceradas (CHIE; ALMEIDA, 2019).

Nesse contexto, a atuação da atividade extensionista tem papel fundamental, contribuindo, em conjunto com os órgãos públicos responsáveis, com a garantia de uma execução penal adequada, assegurando a realização de seu objetivo, que Nucci (2018, p. 20) define como retributivo –referente a retribuir ao autor do dano – e preventivo – impedir novos delitos.

A iniciativa possui grande importância no cenário regional, porque, aproximando-se da realidade social de grupos em vulnerabilidade e privados da liberdade, e em parceria com órgãos da execução penal, como a Defensoria Pública, leva-se à Universidade a discussão das reais demandas da sociedade. No cenário prisional brasileiro, onde há diária e aterradora supressão da dignidade humana, é preciso velar pela efetivação prática dos direitos humanos que por sua vez, não são destinados a orquestrar relações igualitárias, mas sim a proteger os vulneráveis, buscando remediar as desigualdades (PIOVESAN, 2013, p. 57). À vista disso, todo trabalho que vise contribuir com este objetivo, é de extrema importância.

E, por meio deste trabalho, podem ser criados mecanismos capazes de promover essa transformação social necessária e desenvolvidas políticas públicas direcionadas ao enfrentamento das questões penitenciárias e em proteção dos direitos das pessoas afetadas. Nesse sentido, para que a Universidade cumpra seu papel formador, é imprescindível que caminhe de mãos dadas com a comunidade, fazendo com que o conhecimento seja construído dialogicamente, atendendo, dessa forma, as demandas sociais. Essa união se dá de forma rica com a atuação extensionista, que transpõe os muros da academia e encontra sua razão de ser no diálogo com a comunidade, para que dessa união surja um saber popular, enriquecido com as experiências do povo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B. R. e G. C. MASSAÚ (2017). A arte de governar o mal e a gramática do desumano no sistema penitenciário brasileiro. **Revista Crítica Penal y Poder**, 13, pp. 167-184.

CHIES, L. A. B. & ALMEIDA, B. R. (2019). Mortes sob custódia no Brasil: prisões que matam; mortes que pouco importam. **Revista de Ciências Sociais**, 32(45), 67-90.

GORCZEWSKI, C. **Direitos humanos: dos primórdios da humanidade ao Brasil de Hoje**. Porto Alegre:Imprensa Livre, 2005.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, D. **Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1969

NUCCI, G. S. **Curso de execução penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.